

A Escalada da Desigualdade

Qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?

Agosto de 2019



FGV SOCIAL
CENTRO DE
POLÍTICAS SOCIAIS

cps.fgv.br/desigualdade

NERI, Marcelo C.

"A ESCALADA DA DESIGUALDADE - Qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e a Pobreza?", Marcelo Neri – 34 pag. Rio de Janeiro, RJ – Agosto/2019 - FGV Social.

Pesquisa disponível em <<https://cps.fgv.br/desigualdade>>

1. Desigualdade. 2. Pobreza. 3. Mercado de Trabalho. 4. Políticas Públicas.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV N°19.

A Escalada da Desigualdade:

Qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e a Pobreza?
(Microdados ajustados para trás e atualizados até Junho de 2019)

15 de Agosto de 2019

Marcelo Neri¹

1- Introdução

A desigualdade mede a distância entre pessoas. Há quatro anos o FGV Social tem revelado, trimestre a trimestre através da PNADC, um contínuo afastamento da renda do trabalho entre brasileiros. A pergunta central aqui endereçada é se essa desigualdade de renda continua a subir, suas causas imediatas e impactos na sociedade. Lançamos mão de microdados que a partir de hoje chegam ao período de abril a junho de 2019. Como a série histórica anterior destes mesmos dados foi ajustada pelo IBGE no dia 29 de julho de 2019², investigamos para frente e para trás a duração da escalada da desigualdade. Identificamos e datamos inicialmente o período de crise em termos da evolução da desigualdade e da média de renda e suas consequências conjuntas sobre bem-estar social e pobreza. O começo da piora em todas estas variáveis vem do quarto trimestre de 2014 logo após o segundo turno do pleito presidencial e persiste na piora da desigualdade de renda até o segundo trimestre de 2019.

Nosso segundo passo é caracterizar este período crítico, através do crescimento de renda de subgrupos da população abertos por faixa (a metade mais pobre, os 1% + ricos, por décimos de renda, etc) e por grupos sociais tradicionalmente excluídos (mulheres, analfabetos, negros, etc). Cada um destes indicadores sintetiza diversas dimensões da vida trabalhista das pessoas como. Outra contribuição do trabalho é abrir os determinantes próximos da evolução da renda individual através de componentes clássicos de mercado de trabalho, tais como taxas de desemprego e de participação no mercado de trabalho, jornada de trabalho, nível e retorno da educação.

¹ Diretor do FGV Social/CPS. Professor da FGV EPGE, Fundação Getulio Vargas, marcelo.neri@fgv.br

² A revisão metodológica incluiu imputação de valores substituindo uma repetição de um mesmo valor de renda R\$ 99 específico que aparecia mais de 10 mil vezes em 2014. Outro ajuste foi a exclusão de um novo milionário provavelmente fictício do setor de transporte que havíamos endereçado em Neri (2018) <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>. Além disto o IBGE fez há pouco tempo uma reponderação dos microdados pela Projeção Populacional de 2018, publicada este ano ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Estimativas_da_populacao_para_o_calculo_dos_pesos_para_a_expansao_da_amostra_d_a_PNAD_Continua_e_reponderacao.pdf

Este trabalho avalia as mudanças na desigualdade nos últimos sete anos, suas relações com o crescimento, alguns de seus determinantes próximos e consequências conjuntas sobre bem-estar social e pobreza. Trabalhamos inicialmente com a PNADC trimestral para monitorar a evolução da distribuição de renda trabalhista. Posteriormente analisamos o início da crise a partir da PNAD Tradicional. Conferimos ao fim, especial ênfase ao impacto da crise sobre medidas de pobreza, incluindo projeções até 2030.

Visão Geral:

1 - Introdução

2 - A Escalada da Desigualdade

Crescimento por Grupos de Renda (50% -, 1% + ricos, por décimos, etc)

3 - Média e Bem-Estar Social (Nível e Crescimento)

4 - Renda Individual do Trabalho – Desigualdade Horizontal e Ingredientes Trabalhistas

- **Quem perdeu mais? (mulheres, analfabetos, negros, etc)**
- **Por que piorou? (desemprego, participação, jornada, nível e retorno da educação)**
- **Por que piorou a desigualdade? (idem e por razões entre faixas)**

5 – Pobreza e Renda de Todas as Fontes (Ciclos Eleitorais, Início da Crise, Projeções)

6 – Conclusões

Apêndice: Monitorando a Distribuição de Renda (Elo Perdido e Robustez)

Método - Em todos os casos usamos conceitos que incorporam pessoas em todas as faixas etárias, ocupadas ou não, legalmente registrados ou não, de forma a incorporar os impactos do desemprego, da informalidade e da demografia na análise. Usamos o conceito de renda habitual pela sua maior estabilidade ao longo do tempo, seja em relação a mudanças implementadas na mesma base, seja em relação a continuidade usada na PNAD tradicional. A fonte central é a PNADC trimestral pelo maior avanço no tempo em relação as alternativas disponíveis. Na opção adotada temos uma defasagem média de processamento dos microdados de cerca de 3 meses em relação as mudanças observadas. Se a alternativa adotada fosse usar o conceito de renda efetiva aumentaríamos a defasagem média em um mês, além de adicionar mais volatilidade e sazonalidade às séries. Se a opção fosse usar a PNADC em bases anuais estaríamos hoje ainda falando de 2017, ou seja, uma defasagem média acrescida de quase dois anos em relação ao exercício aqui realizado. Por outro lado, a PNADC anual divulgada a cada 12 meses permite avançar nas outras fontes de renda. No apêndice apresentamos a evolução de medidas alternativas baseadas em outros conceitos de renda e outras pesquisas. A PNADC trimestral, restrita a renda do trabalho, formal e informal, permite detalhar algumas das causas próximas da dinâmica do bem-estar social, leia-se renda média e desigualdade.

2 - A Escalada da Desigualdade

O primeiro passo é plotar as séries dos principais conceitos de bem-estar social baseados em renda domiciliar per capita do trabalho em níveis trimestrais a começar pela desigualdade de renda. O índice de Gini, que é a medida mais popular de desigualdade, variando entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (perfeita iniquidade) apresenta tendência ascendente após o último trimestre de 2014. Neste ponto encontramos o nível mais baixo da série chegando a 0,6003. Este viés de alta persiste após este ponto. Até o segundo semestre de 2019 aumento do índice de Gini trabalhista de 0,0287 pontos (gráfico 1). Este ritmo de aumento anual de concentração é similar ao de queda observada no período histórico de marcada redução da desigualdade entre 2001 e 2014 (gráfico 13). Esta tendência é confirmada pelas respectivas médias móveis anuais (gráfico 2). Complementarmente, as variações da desigualdade em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (gráfico 3) mostram que a partir da comparação entre os primeiros trimestres de 2014 e 2015 a desigualdade sofre aumentos trimestrais ininterruptos até o segundo trimestre de 2019. Um movimento de concentração que dura 17 trimestres consecutivos, ou seja quatro anos de aumento consecutivo de desigualdade³, o que constitui um recorde de duração nas séries históricas brasileiras. Nem mesmo em 1989 que constitui o nosso pico histórico de desigualdade brasileira houve um movimento de concentração de renda por tantos períodos consecutivos. Neste aspecto, a pesquisa mostra que depois de quatro anos de alta ininterrupta a desigualdade de renda sofre o menor aumento desde o primeiro trimestre de 2015 quando comparado ao mesmo trimestre de 2014. É um aumento modesto que não interrompe um longo período de aumento da concentração de renda do trabalho, mas mostra desaceleração do aumento de desigualdade constituindo um décimo do aumento observado seis meses antes.

³ Isto não inclui os quatro trimestres entre o primeiro incremento de desigualdade e a base de referência. A revisão dos dados de renda pelo IBGE realizada em julho de 2019 relativa aos dados de 2014 antecipou em dois trimestres o período de aumento da desigualdade.

Gráfico 1 – Evolução do Índice de Gini

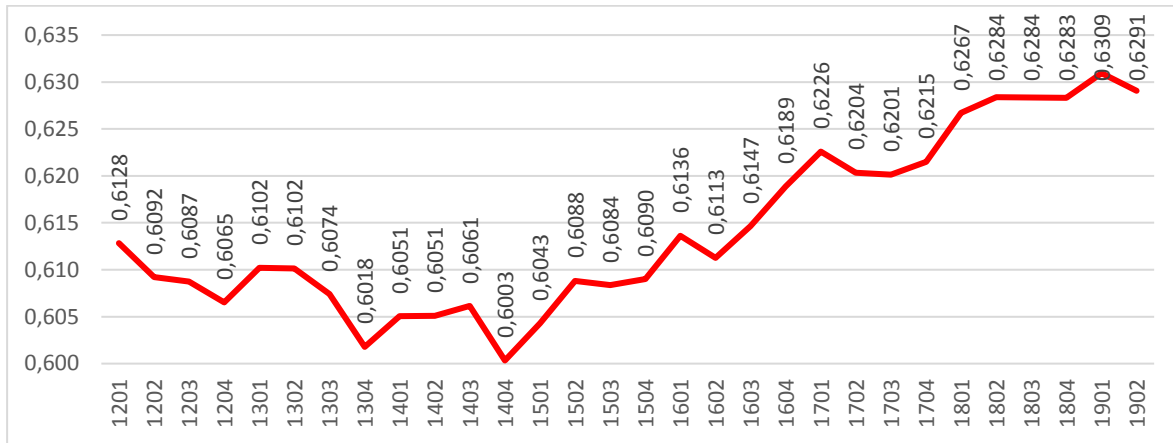
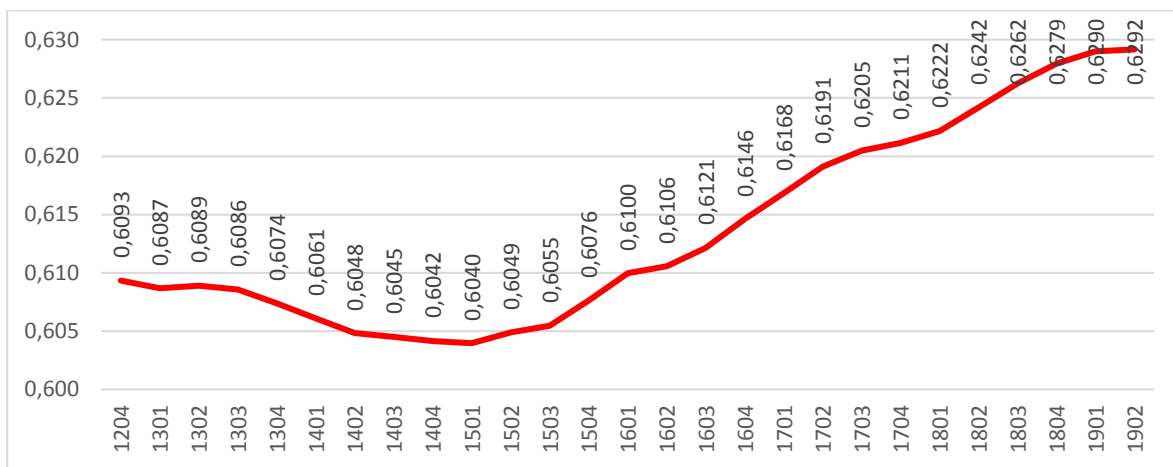


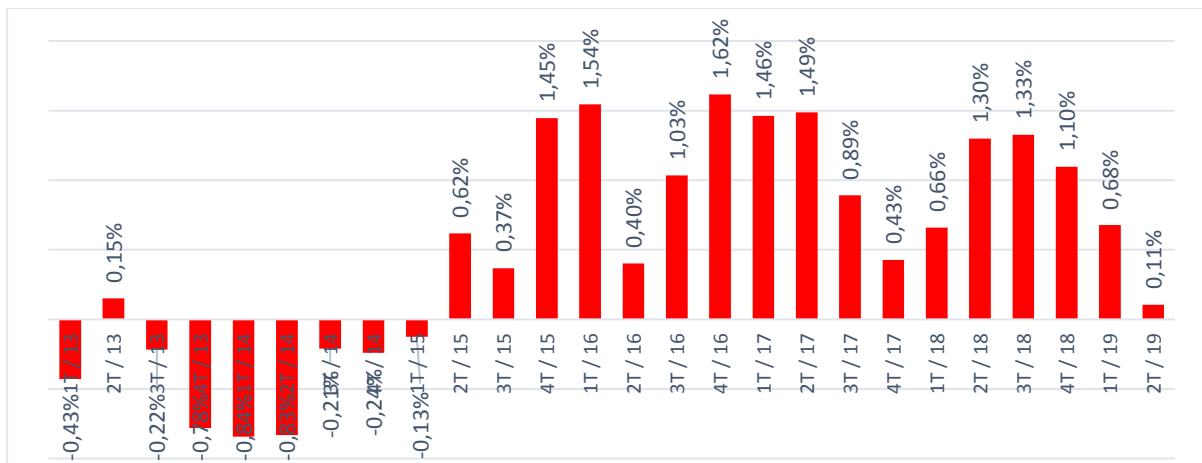
Gráfico 2 – Evolução do Índice de Gini – Média Móvel de 4 Trimestres



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.

OBS: * Renda Habitual Domiciliar Per Capita do Trabalho – Todos os Indivíduos

Gráfico 3 – Variação do Índice de Gini em relação ao mesmo Trimestre do Ano Anterior

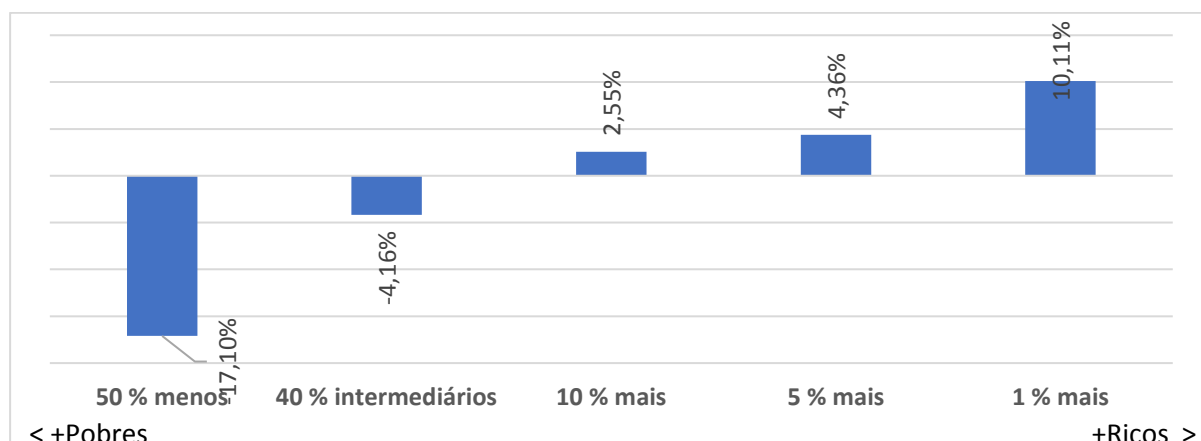


Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.

OBS: * Renda Habitual Domiciliar Per Capita do Trabalho – Todos os Indivíduos

Crescimento por Grupos de Renda - Dividimos a renda domiciliar per capita habitual do trabalho em quatro faixas de renda (gráfico 4). Indo da base para o topo: i) a metade mais pobre que experimentou variações reais acumuladas de -17,1% desde o início da crise⁴; ii) os 40% intermediários seguintes que constitui uma classe média no sentido estatístico com perdas de -4,16%; iii) os 10% mais ricos que constitui uma espécie de classe média tradicional aqui mais alinhada aos padrões americanos que apresentou ganhos de 2,55% no período; iv) os 5% mais ricos, incluídos no grupo anterior com ganhos chegando a dois dígitos de 4,36%; v) os 1% mais ricos, incluídos no grupo anterior com ganhos chegando a dois dígitos de 10,11%. Este seletivo grupo tem ocupado lugar de destaque nas discussões distributivas no mundo e no Brasil.

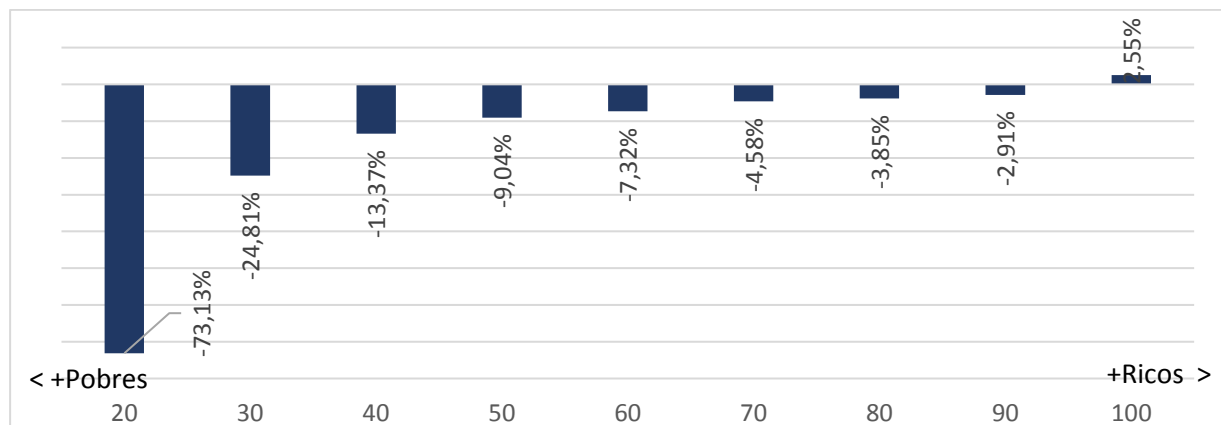
Gráfico 4 – Crescimento da Renda do Trabalho por Faixas de 2014.T4 até 2019.T2



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.

Décimos e Centésimos - Realizamos a análise por décimos de renda, isto é, cada grupo contém cerca de 10% da população ordenada dos mais pobres aos mais ricos (gráfico 5). A renda do trabalho no primeiro décimo é sempre nula. O gráfico abre a variação de renda décimo a décimo partindo de -73,13% no segundo décimo. O valor da queda de renda cai monotonicamente em módulo até atingirmos valores positivos de 2,55% apenas no décimo mais alto.

Gráfico 5 – Crescimento da Renda Per Capita do Trabalho por Décimo de 2014.T4 a 2019.T2*



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.

⁴ Se considerarmos os 40% mais pobres a queda foi de 24,77%.

3 - Crescimento da Média e do Bem-Estar Social

Nesta seção integramos as mudanças no crescimento e no complemento da desigualdade, leia-se equidade, como componentes da medição do bem-estar geral da nação, tal como proposto por Amartya Sen. O conceito de bem-estar social desconta da média geral de renda as diferenças de renda entre brasileiros. Em termos de mudanças ao longo do tempo, a ideia é se o bolo cresce mais no topo do que na base, o crescimento do bem-estar será menor que o da renda média que não leva em conta a repartição dos ganhos. Ou seja, o bem estar é uma média que ao dar mais peso aos mais pobres, enxerga a desigualdade⁵.

No gráfico 6, observamos trimestre a trimestre a dinâmica do bem-estar social e de seus respectivos componentes empilhados. Mais do que a forte perda de bem-estar observada no início de 2016, ponto de perdas mais intensas, o que nos chama a atenção é a velocidade e a intensidade da reversão observada de mais de 13 pontos percentuais em relação ao período anterior. No primeiro trimestre de 2014 o bem-estar crescia a 6,47% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Exatos dois anos depois o bem-estar caía a -6,87%. Fomos do topo da montanha ao fundo do vale em tempo recorde.

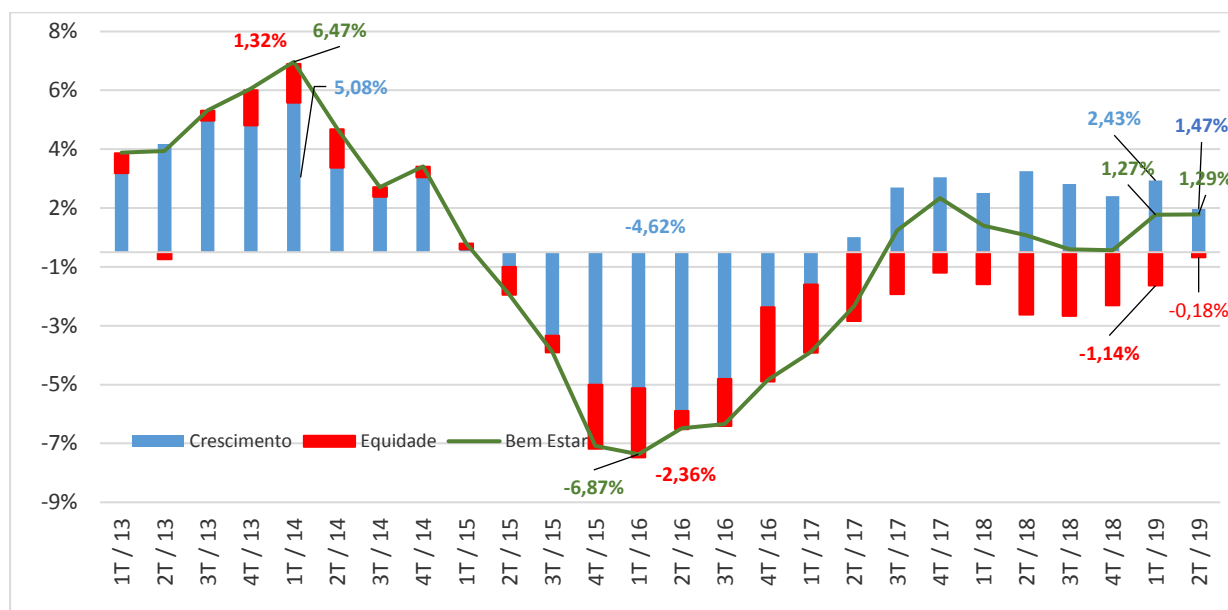
Isto por que não só o crescimento da renda média reverte de 5,08% a -5,51%, mas o mesmo acontece com o crescimento de equidade que vai de 1,32% para -2,32% neste interim, reforçando a reversão social. Do milagre do crescimento inclusivo ao inferno da grande recessão concentradora.

De maneira geral, o comportamento da equidade alavanca os efeitos do boom seguido da estagnação pretéritas sobre o bem-estar social até o começo de 2017. Ou seja, a equidade é prócíclica, subindo com a renda e caindo com ela ao sabor dos ciclos. Do segundo semestre de 2017 em diante as variações da renda e da desigualdade ocupam posições espelhadas no eixo horizontal. A recuperação do crescimento de renda que a rigor vem desde do segundo trimestre de 2016 não se reflete no bem-estar geral da nação por força do crescimento da desigualdade. Há que se notar que os níveis de crescimento da média de renda domiciliar per capita do trabalho tem se situado desde 2017 acima do observado no PIB per capita. Entretanto, o bem-estar não, acontece isso pelo movimento concentrador de renda observado. Esta alta da desigualdade pode inclusive explicar parte da lenta retomada da economia por seus impactos adversos sobre a elasticidade-renda no consumo das famílias.

da seguinte forma: Bem Estar = Média (1- desigualdade). A formulação de Sen usa medida de desigualdade mais popular que é o índice de Gini. Como o índice de Gini varia entre 0 a 1 - uma sociedade perfeitamente igualitária onde todos são exatamente iguais e 1 uma sociedade onde uma só pessoa detém toda renda. O índice de equidade vai ser o inverso.

A variação anual da renda e bem-estar médios até o segundo trimestre de 2019 estão situados acima das projeções do PIB das Contas Nacionais. O exercício de datar o ciclo dos diversos componentes de distribuição de renda nos últimos anos para datar o início do período de crise como de uma retomada, à semelhança do que faz o CODACE no Brasil para o PIB. Não indicaria recessão técnica em termos de renda ou de bem-estar apesar de alguma continuidade do movimento de deterioração na desigualdade de renda.

Gráfico 6 - Crescimento, Equidade e Bem Estar Social Trabalhista – Taxas Anuais



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE⁶.

Evolução do Nível da Renda Média e do Bem-Estar Social

O gráfico 7 revela uma grande queda de renda per capita média do trabalho desde o seu ápice no final de 2014 até meados de 2016, quando voltamos aos níveis de 2012. De lá para cá, recuperamos cerca de 40% desta perda média. Há coincidência temporal do ápice de renda média com o mínimo da desigualdade no último trimestre de 2014. Como resultado desta conjunção de fatores favoráveis o pico de bem-estar se situa neste mesmo instante, conforme o gráfico 9. O bem-estar social apresentado no gráfico caiu quase que continuamente desde 2014.T4 até 2017.T1 (queda acumulada de 13,68% no período). Depois desta regressão ela se mantém em patamar similar a este que coincide ao do início da série em 2012. Portanto, diferentemente da renda per capita média, o bem-estar manteve-se nestes níveis desde então.

⁶ O conceito se refere à renda domiciliar per capita do trabalho habitual. Oferecemos no apêndice uma análise de robustez destes resultados em relação a outras variantes de base de dados e conceitos utilizados como: i) renda habitual e a efetiva, defendemos a primeira pela menor volatilidade por manter a continuidade da série da PNAD Tradicional; ii) coleta trimestral e a anual da PNAD; iii) população total e aquela entre 15 e 60 anos de idade; iv) com e sem a exclusão de *outliers* nas séries, agora incorporada ao IBGE na base de dados.

Isso quer dizer que, em termos bem-estar geral da nação, não se pode falar em recuperação, mesmo que tímida. Essa aparente contradição ocorreu, pois, o avanço conquistado pela renda média foi neutralizado pela contínua alta da desigualdade.

Gráfico 7 – Evolução da Média de Renda –

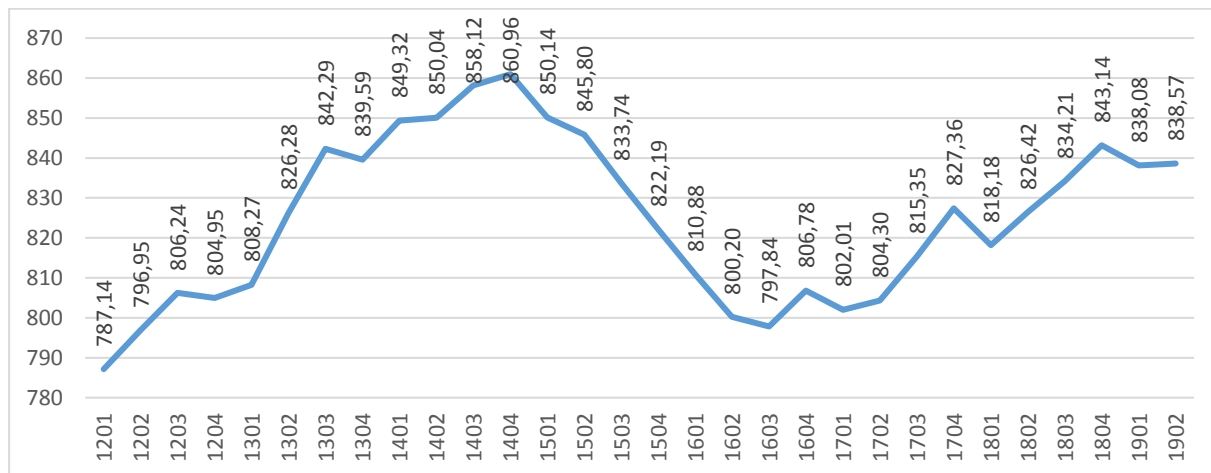
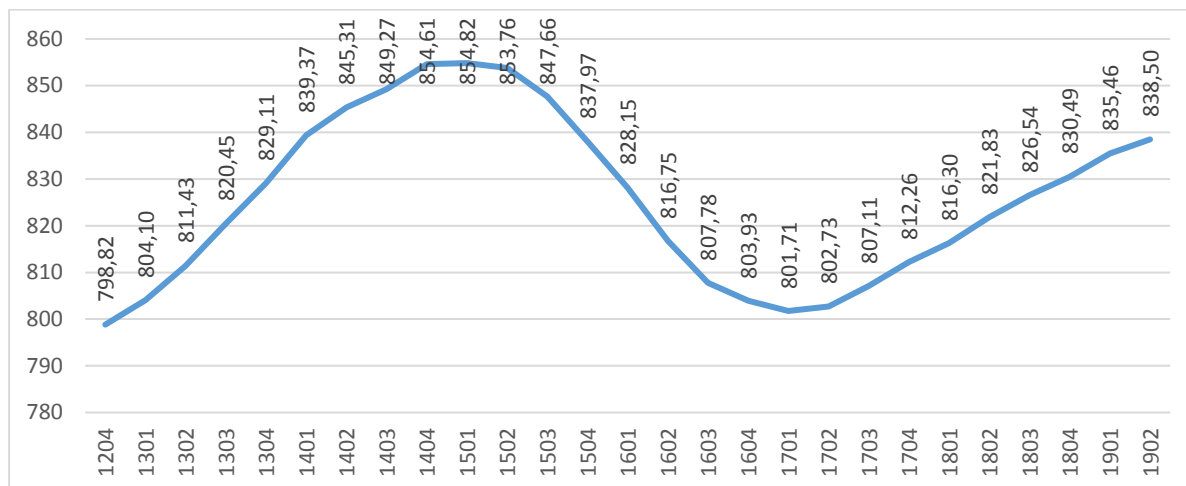


Gráfico 8 – Evolução da Média de Renda – Média Móvel de 4 Trimestres



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.

OBS: * Renda Habitual Domiciliar Per Capita do Trabalho – Todos os Indivíduos

Gráfico 9 – Evolução do Bem Estar Social

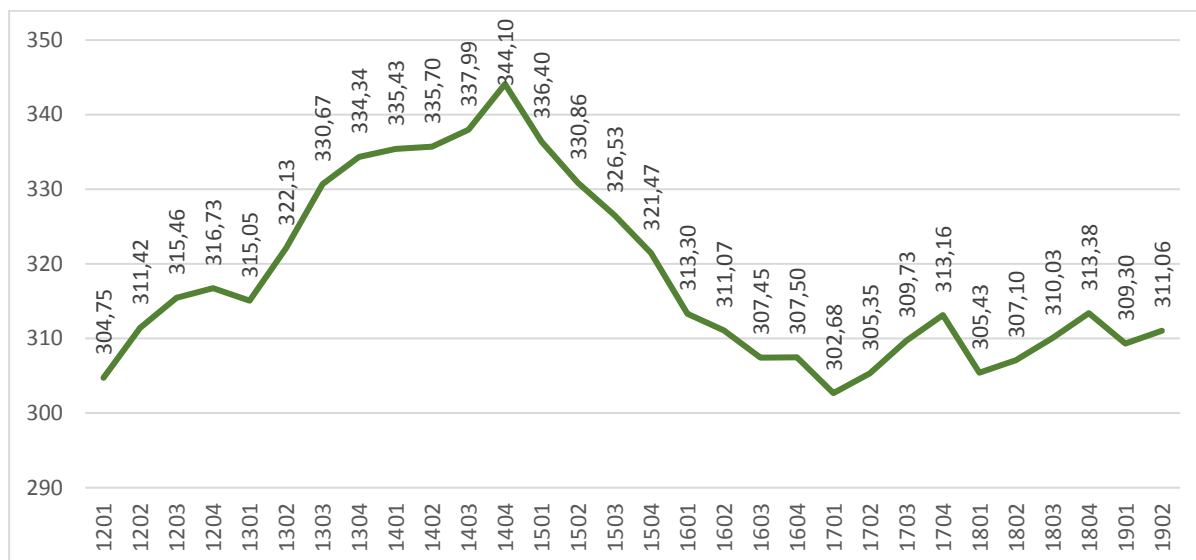
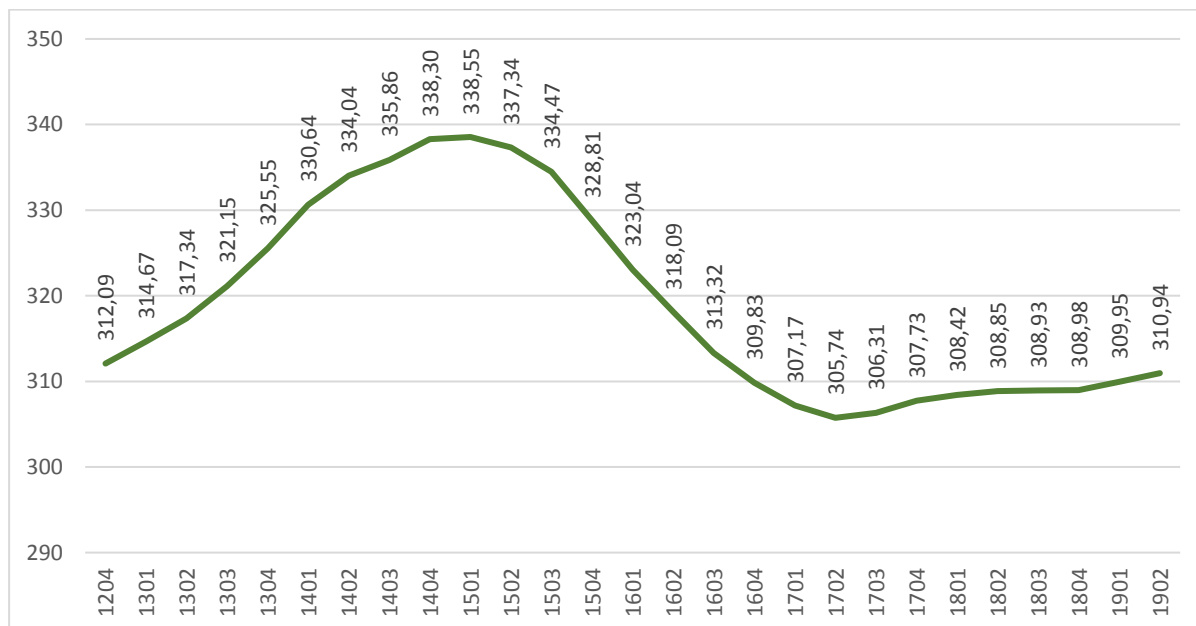


Gráfico 10 – Evolução do Bem Estar Social – Média Móvel de 4 Trimestres



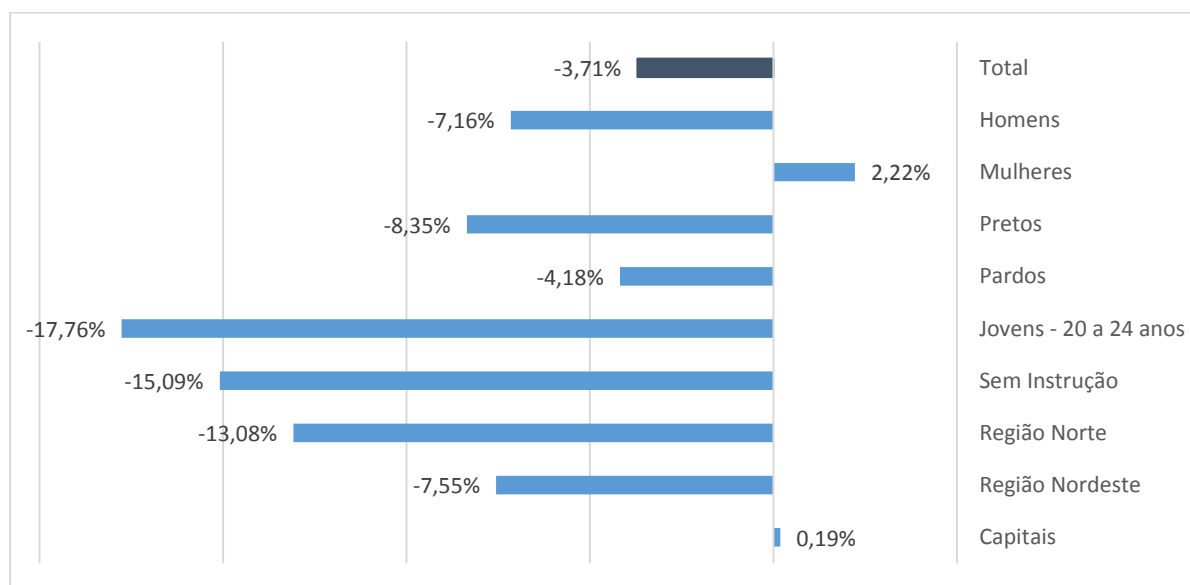
Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBS: * Renda Habitual Domiciliar Per Capita do Trabalho – Todos os Indivíduos

No apêndice evidenciamos que a desigualdade e a média apresentam padrões temporais distintos nas novas pesquisas domiciliares nacionais hoje disponíveis. Esta discrepância se amplia no final das séries. Em 2017 a desigualdade apresenta incremento na PNADC trimestral, mas ligeira queda ou estabilidade na PNADC anual. Em compensação a renda média apresenta em 2017 alguma recuperação na PNADC trimestral, mas continuidade de queda na PNAD anual. De forma que o resultado em termos de bem-estar social apresenta tendência semelhante ao longo do tempo entre pesquisas. Uma curva em forma de sino iniciada em 2012, o ápice se dá em 2014 e volta a regredir até o final das séries.

4 - Renda Individual do Trabalho; Desigualdade Horizontal e Ingredientes Trabalhistas

Quem perdeu mais? - Observamos essa redução de renda em diferentes grupos, sociais olhando por características e rendas individuais na população em idade ativa de 15 a 60 anos de idade. Cada um desses atributos ajuda a enxergar a face humana da deterioração trabalhista (gráfico 11). A nova PNADC revela severa queda de renda média do trabalho entre todos em idade ativa, não restrita somente aos ocupados. No período crítico de 2014.T4 a 2019.T2, a perda de renda média acumulada foi de -3,71%. Esta perda é mais forte entre os jovens entre 20 e 24 anos (-17,76%) entre analfabetos (-15,09%), entre moradores da região Norte (-13,08%) e Nordeste (-7,55%) e pessoas de cor preta (-8,35%), todos com redução de renda pelos menos duas vezes maior que a da média geral. O único grupo tradicionalmente excluído que não perde são as mulheres (2,22%) contra perdas dos homens (-7,16%). O diferencial feminino é ter mais escolaridade atributo que o que parece ter feito a diferença no período em questão como a performance daqueles sem qualquer escolaridade exemplifica.

Gráfico 11 - Taxa de Crescimento da Renda Individual Trabalho por Grupos Tradicionalmente Excluídos de 2014.T4 a 2019.T2



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBS: * Renda Habitual Individual do Trabalho – População em Idade Ativa

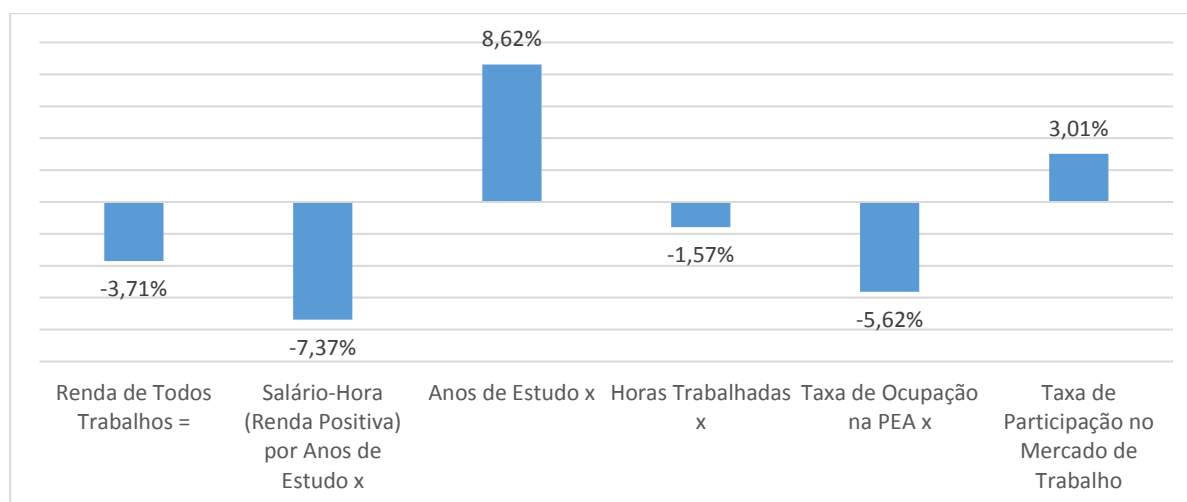
Por que piorou a média? – A resposta curta tanto para queda da renda média como para o aumento da desigualdade e consequentemente da pobreza foi o aumento do desemprego. A desinflação ajudou a retomada renda real. No segundo trimestre de 2017 o rendimento médio do trabalho dos ocupados cresceu 3,2 % em 12 meses. No ápice da crise, 70% da queda de renda era devido à alta inflação, depois a inflação passou jogar a favor. A partir de meados de

2017 este efeito está zerado. Em compensação o desemprego aumentou muito no início da crise e depois caiu pouco falhando em desempenhar um papel expansionista.

Olhando especificamente para o período 2014.T4 a 2019.T2 (gráfico 12) , o aumento da taxa de desemprego explica 5,62 pontos de porcentagem da queda de renda. Isto é se tudo mais ficasse parado, como salário, jornada de trabalho, taxa de participação no mercado de trabalho etc a queda de renda coincidiria com estes -5,62 pontos de porcentagem contra 3,71 pontos de porcentagem da totalidade da queda de renda. Isto porque outros ingredientes trabalhistas atenuaram a queda de renda. Em particular, o aumento da taxa de participação de 3,01 pontos de porcentagem sugere encorajamento daquele que estava fora do mercado participar ativamente do mercado de trabalho. Os três elementos ligados ao rendimento médio do trabalho quase se compensam gerando perda combinada inferior a 1 ponto de porcentagem no período: salário-hora por ano de estudo (retorno da educação) -7,37 pontos de porcentagem, anos de estudo 8,61 pontos de porcentagem e jornada de trabalho 1,57 pontos de porcentagem.

Em suma, o desemprego foi o principal responsável pela queda de poder de compra das famílias brasileiras, representando no período em questão -5,62 pontos de porcentagem da queda de renda ou de 3,01 pontos de porcentagem se adicionarmos o efeito aumento da participação no mercado de trabalho. Desemprego é sinal de desajuste do mercado de trabalho e de frustração. A maioria dos ocupados passa a temer cair no desemprego, e por precaução reprimem a sua demanda por bens e serviços. A crise fiscal crônica confere credibilidade à ideia de que o Estado não vai poder socorrer aos cidadãos em apuros, reforçando outros comportamentos precaucionais na demanda.

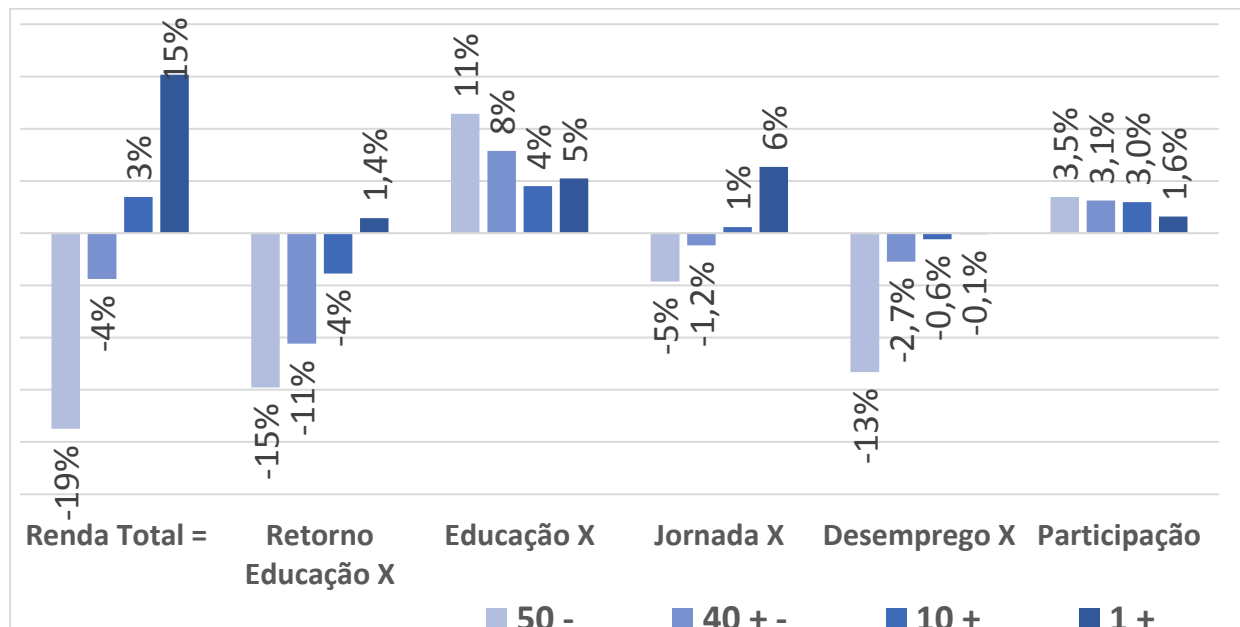
Gráfico 12 - Decomposição da Taxa de Crescimento da Renda Individual Trabalho por Componentes Trabalhistas Clássicos de 2014.T4 a 2019.T2



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBS: * Renda Habitual Individual do Trabalho – População em Idade Ativa

Por que piorou a desigualdade? - No gráfico 13 aplicamos a contabilidade do crescimento do gráfico 12 às mudanças de desigualdade olhando pelos mesmos estratos de renda per capita do gráfico 4. Os resultados diferem um pouco em magnitude pois aplicamos à renda individual da população em idade ativa (15 a 59 anos inclusive).

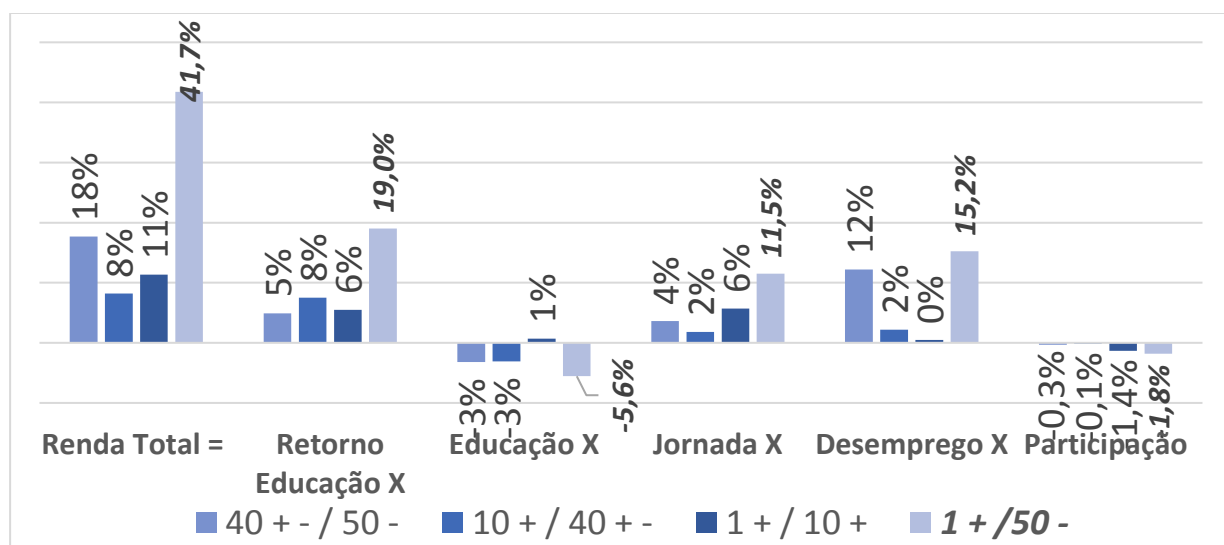
Gráfico 13 - Crescimento da Renda Individual do Trabalho e seus Ingredientes Trabalhistas por Faixas de Renda per Capita 2014.T4 até 2019.T2 – 15 a 59 anos



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBS: renda individual por faixas de renda per capita todas do trabalho

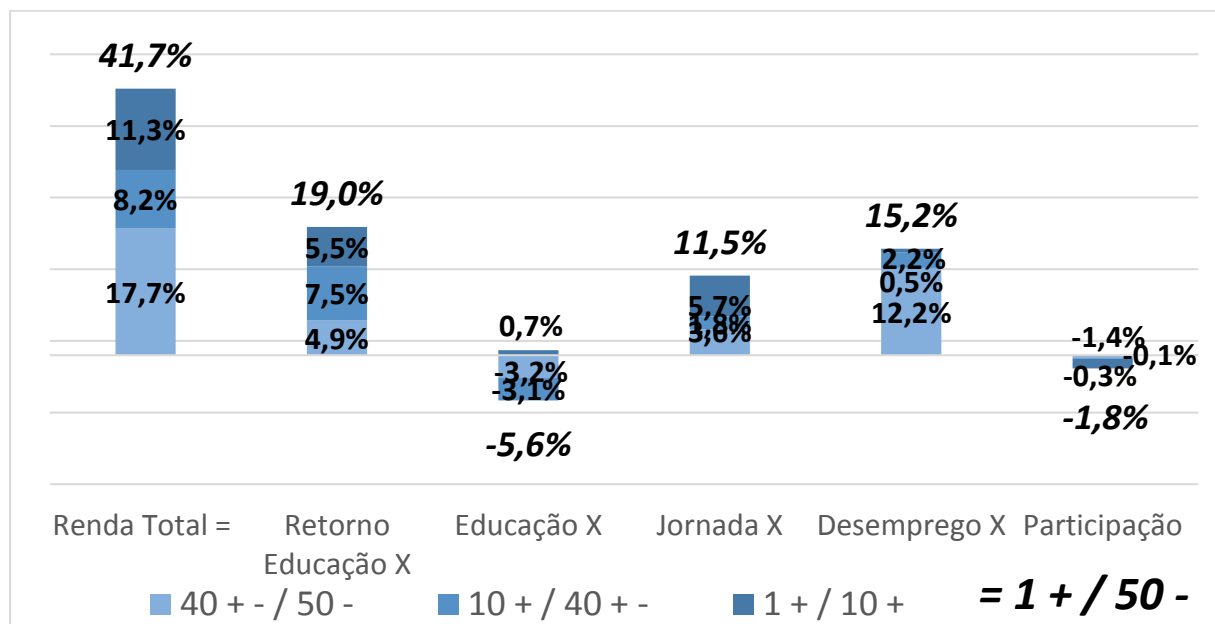
No gráfico 14 temos a razões sucessivas entre faixas de renda per capita para elucidar os componentes da desigualdade medida pela razão dos 1% mais ricos e a metade mais pobre (1+/50 -).

Gráfico 14 - Mudança na Desigualdade 1% + / 50% - e seus Ingredientes Trabalhistas abertos por razões de faixas intermediárias - 2014.T4 até 2019.T2 – 15 a 59 anos



No gráfico 15 empilhamos esses mesmos dados para dar uma melhor idéia gráfica da composição. O efeito-desemprego foi um grande propulsor da queda de renda e do aumento da desigualdade, entretanto o impacto do valor da educação foi ainda maior em ambas dimensões e a jornada de trabalho foi o terceiro fator de impacto. Obviamente o desaquecimento geral da economia e em especial nos segmentos da base da distribuição gera efeitos em todas estas dimensões. A participação no mercado de trabalho atuou no sentido de expandir a renda mas mais no crescimento da renda média do que na desigualdade. O grande fator de crescimento inclusivo é a expansão da educação que segue expandindo mais na base, cuidados devem ser tomados para potencializar este impacto dada sua natureza estrutural.

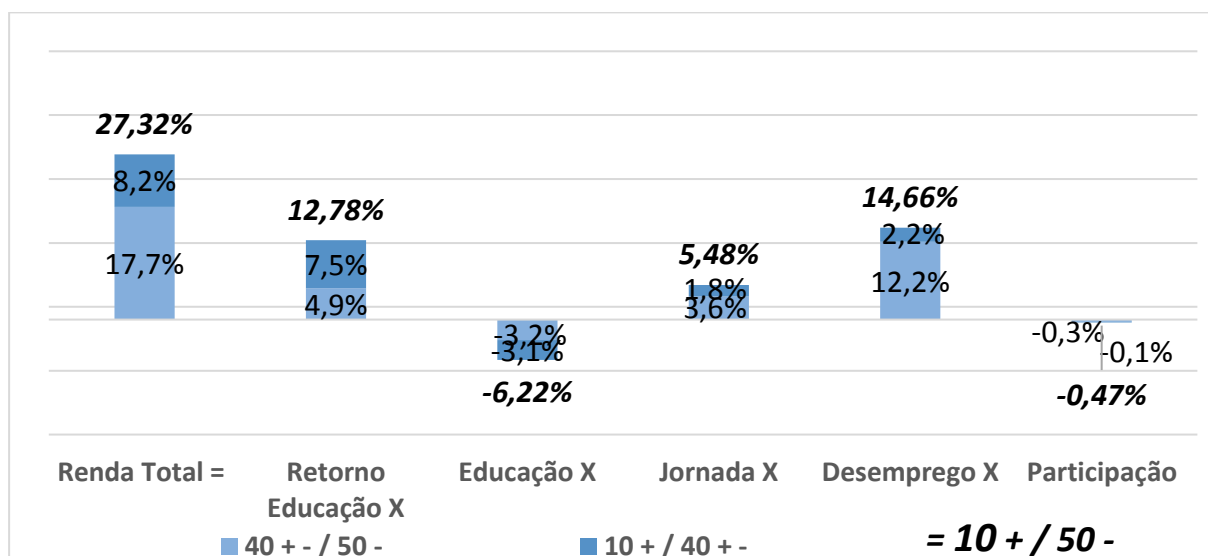
Gráfico 15 - Mudança na Desigualdade 1% + / 50% - e seus Ingredientes Trabalhistas abertos por razões entre faixas intermediárias empilhadas - 2014.T4 até 2019.T2 15 a 59 anos



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBS: renda individual por faixas de renda per capita todas do trabalho

No Gráfico 16 aplicamos a mesma metodologia à razão entre os 1% mais ricos e a metade mais pobre (1+/50 -).

Gráfico 16 - Mudança na Desigualdade 10% + / 50% - e seus Ingredientes Trabalhistas abertos por razões entre faixas intermediárias empilhadas - 2014.T4 até 2019.T2 – 15 a 59 anos



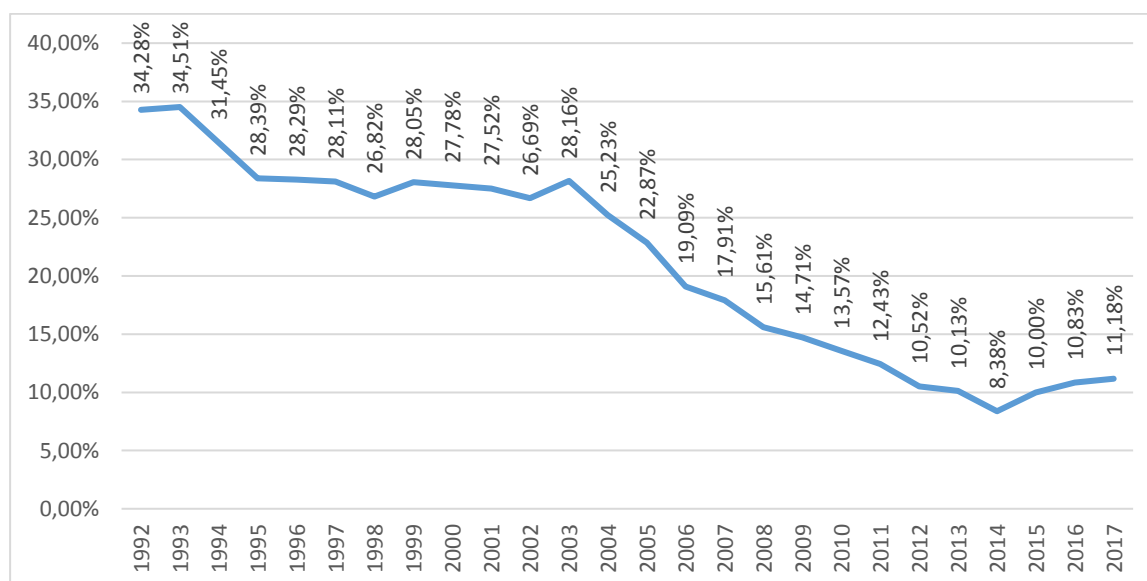
Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBS: renda individual por faixas de renda per capita todas do trabalho

5 - Pobreza, Desigualdade e Renda de Todas as Fontes

Nesta seção trabalhamos com séries mais longas conjugando os dados da PNAD com a da PNADC anual e trimestral. Este exercício nos permite calcular índices mais amplos de desigualdade e abordar a questão da pobreza. Discutimos no apêndice desta pesquisa a conexão de séries históricas face as mudanças metodológicas adicionais ocorridas no momento de transição das pesquisas o que complexifica a análise.

Pobreza – Apenas em 2015, a pobreza subiu 19,3% no Brasil, com cerca de 3,6 milhões de novos pobres. Infelizmente, a crise não acabou em 2015, quando a saga relatada na PNAD tradicional se encerra. Nossos cálculos revelam que desde o final de 2014 até final de 2017 o aumento de pobreza foi de 33%, passando de 8,38% a 11,18% da população brasileira (gráfico 13). Este contingente representa 23,3 milhões de pobres no país, um grupo maior do que a população chilena. Ele é resultado da adição de 6,27 milhões de novos pobres às estatísticas sociais⁷.

Gráfico 13 - Pobreza no Brasil – Proporção dos Pobres % - Série Harmonizada



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD, PNADC Trimestral e PNADC Anual/IBGE²

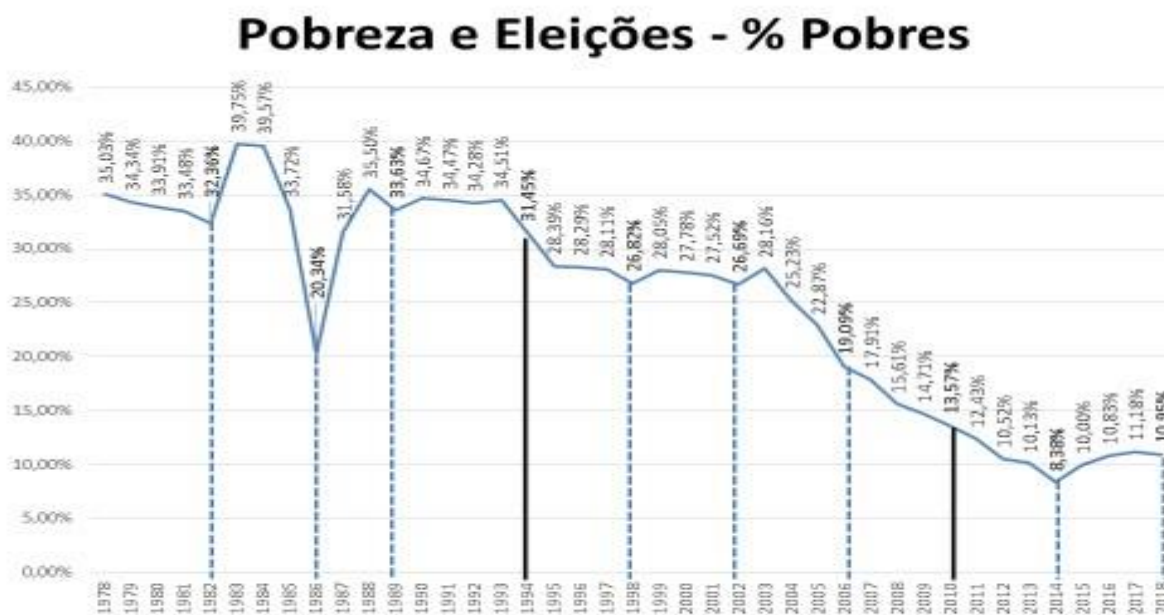
⁷ A linha de pobreza é a da FGV Social, cujo valor em Agosto de 2018 corresponde a 233 reais mês por pessoa. Este movimento de empobrecimento inclui o aumento de 19,3% da pobreza entre 2014 e 2015 pela PNAD antiga, 3,2% de aumento entre 2016 e 2017 da PNAD Anual e mais 8,33% de incremento entre 2015 e 2016. Este período corresponde a uma espécie de elo perdido entre as duas modalidades de pesquisas, dada a mudança realizada. Neste interregno, projetamos através da decomposição de Datt e Ravallion tradicional ajustada por números da PNAD Continua trimestral, que é a única pesquisa disponível que cobre a transição entre 2015 e 2016.

Ciclos Eleitorais - A literatura sobre ciclos eleitorais descreve o comportamento de políticos que embelezam seus sucessos em anos de eleição, de forma a influenciar os resultados do pleito, e no ano seguinte apresentam ajustes na economia, gerando o resultado oposto.

A PNAD tradicional coletava os dados no começo de outubro data próxima a da realização do primeiro turno em anos eleitorais. A PNAD não coletou dados em 1994 e em 2010, então não foi possível capturar os efeitos completos dos ciclos associados a esses dois episódios, marcado com linhas inteiras na figura abaixo.

O gráfico 17 abaixo demonstra que de todas as sete eleições já realizadas, captadas e marcadas com linhas verticais pontilhadas, a pobreza cai em todos os anos eleitorais e sobe em todos os anos eleitorais, com exceção de 2007. A queda média de pobreza em ano eleitoral foi 12,82% e o aumento no ano pós-eleitoral foi de 14,92%. Se tirarmos o ano de 1986 da amostra que corresponde ao ano do Plano Cruzado, onde o ciclo eleitoral foi mais marcado a queda de pobreza foi de 8,34% ano eleitoral seguido de aumento médio de 8,2% em anos subsequentes.

Gráfico 17 - Pobreza e Eleições no Brasil – Proporção dos Pobres % - Série Harmonizada



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD, PNADC Trimestral e PNADC Anual/IBGE. A linha de pobreza é a da FGV Social, cujo valor em Agosto de 2018 corresponde a 233 reais mês por pessoa.

Projeções - No gráfico 17 acima acrescentamos os dados das séries harmonizadas desde 1978. Incorporamos nossa projeção usando para o ano de 2018 de pobreza que atinge 10,95%, uma queda de 2,057% em relação a 2017⁸. Realizamos também um exercício simples de projeção

⁸ Esta projeção usa a mesma metodologia da interpolação de 2016 usa como parâmetros o crescimento da renda per capita do trabalho da PNAD Continua Trimestral de 1,66% no segundo trimestre de 2018 comparado ao mesmo

para 2030 onde mantemos constante a desigualdade de 2018 e acrescentamos crescimento de renda total em 2,50% ao ano até 2030 que é a projeção mediana de crescimento do PIB pelo Boletim Focus do Banco Central até 2021. Neste cenário em 2030 a pobreza voltaria apenas a 8,2% o que corresponde a níveis próximos aos de 2014. Em suma estamos falando de uma década e meia perdida no combate a pobreza. Este exercício ilustra a importância não só do combate à desigualdade de renda como de políticas voltadas aos mais pobres.

Eleitor Mediano - De acordo com a literatura de economia política, os resultados das eleições são influenciados pelo eleitor mediano daí a opção de usar aqui a renda mediana. De oito eleições analisadas, nos anos eleitorais houve oito aumentos reais na renda mediana, enquanto nos anos imediatamente após as eleições, foram sete diminuições. Observando o período entre 1981 e 2013, nos anos de eleição, o crescimento real médio da renda mediana foi de 11,33% enquanto, nos anos seguintes àqueles em que ocorreram os pleitos, a queda líquida foi de -7,3%. Resultados qualitativamente semelhantes foram encontrados nas estatísticas relacionadas com a pobreza.

Fizemos uma análise do mecanismo que conecta as eleições com as mudanças no contexto social brasileiro de 1992 a 2006, usando equações de renda para diferentes fontes de renda. Os aumentos de renda foram maiores nos anos de eleição, caracterizando o ciclo eleitoral. Naqueles anos, em média, a renda oriunda de programas sociais teve o maior aumento (22,57%), seguido dos benefícios da previdência social (10,51%) e da renda do trabalho em geral (3,16%).

Finalmente, apesar de a renda familiar *_per capita_* suavizar os efeitos examinados aqui, a renda das pessoas em idade eleitoral aumentou mais em anos de eleição do que a renda de crianças e adolescentes que não participam diretamente do pleito. Nesse caso, os maiores ganhos relativos vêm de programas sociais: durante os anos eleitorais essa fonte de renda aumenta em 3,43% a mais para pessoas na condição de eleitores do que para crianças e adolescentes que estão abaixo da idade para votar. A previdência social acompanha essa tendência com um aumento relativo de 2,74% para eleitores, seguido por efeitos indiretos da renda oriunda do emprego, que corresponde a um aumento de 1,27%. Esses números indicam que a extensão dos programas de transferência de renda está ligada ao ciclo eleitoral. Isso cria uma objeção aos CCTs em termos de oportunismo político.

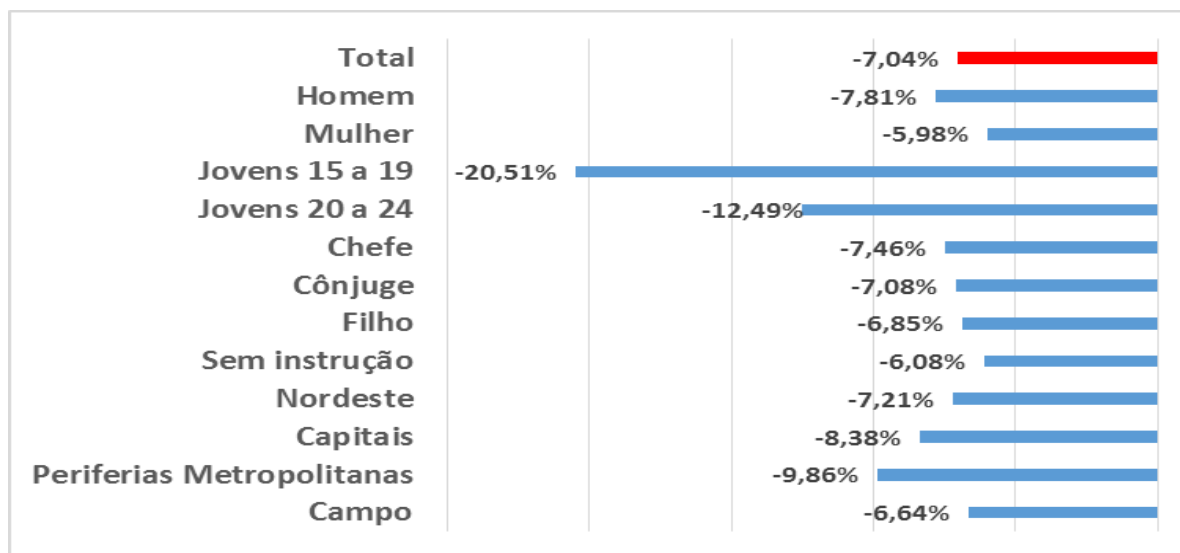
trimestre de 2017, além de dados administrativos que incluem o reajuste de 5,67% do Bolsa Família liberado em Julho de 2018, o reajuste de 1,81% do salário mínimo e projeções de inflação (IPCA) e do PIB pela mediana de crescimento de 1,4% em 2018 do boletim Focus do Banco Central de setembro de 2018.

O Início da Crise

O primeiro ano da crise entre 2014 e 2015, retratado no gráfico 16, mostra uma perda em todos os grupos da sociedade, sendo as principais vítimas os jovens (-20,51% para aqueles entre 15 e 19 anos e -12,49% para aqueles entre 20 e 24 anos) e responsáveis nos domicílios. Como vimos, a crise continuou para além de 2015, quando a saga relatada na PNAD tradicional se encerra.

Voltando à PNAD, a crise social que se manifesta no final de 2014, surge a partir de excessos e desvios de um caminho do meio onde o bolo de renda crescia com mais fermento entre os mais pobres. Apenas em 2015, a pobreza subiu 19,3%, com cerca de 3,6 milhões de novos pobres. Embora a desigualdade medida por métricas usuais, como o índice de Gini, não tenha aumentado em 2015, a desigualdade relevante em termos de pobreza explodiu. Basta dizer que enquanto a média de renda caiu 7%, a renda dos 5% mais pobres caiu 14%. Resultado direto do congelamento nominal do Bolsa Família em 2015, quando as taxas de inflação e de desemprego atingiram os 2 dígitos. O salário mínimo, que indexa a maior parte dos gastos sociais e previdenciários brasileiros, teve ganho real em 2015, fazendo com que a renda per capita dos grupos mais diretamente por ele afetados, entre os percentis 60 e 65 caísse menos: 3,8%. Os mais pobres tiveram a sua crise dobrada em relação à média geral da nação enquanto os brasileiros medianos tiveram a sua perda reduzida à metade.

Gráfico 18 - Taxa de Crescimento da Renda Individual Total 2014 a 2015



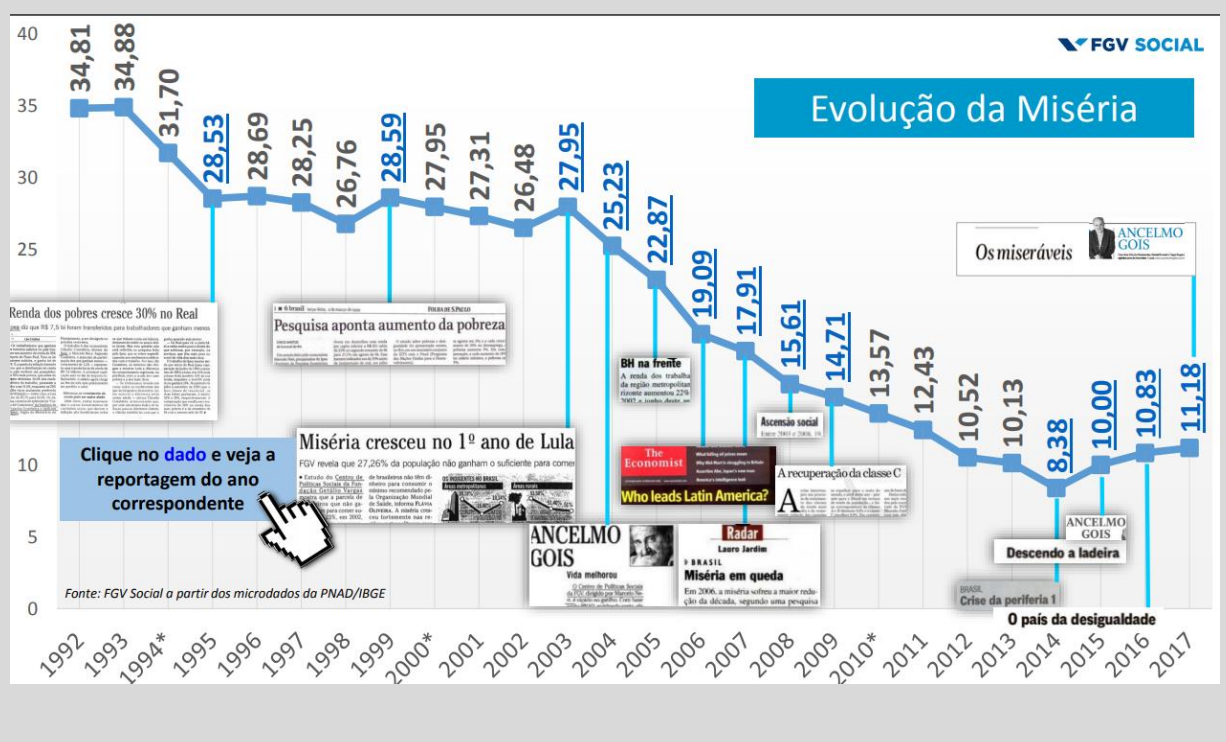
Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD/IBGE

Esta troca de menos Bolsa Família por mais gastos previdenciários foi desvantajosa em termos da trajetória do binômio social e fiscal, assim como o seu impacto sobre a demanda agregada. Em termos de multiplicadores de gasto públicos, cada real gasto com Bolsa Família disparou um multiplicador 3 vezes maior que o dos gastos previdenciários; 5 vezes maior que os do FGTS - usado em 2017 como ferramenta anticíclica; 1,68 mais que o abono salarial do PIS-Pasep -

usado em meados de 2018 junto com a recomposição do valor real do benefício do Bolsa Família. Uma lição da crise atual é olharmos primeiro para os mais pobres, buscando protegê-los e assim preservando o movimento da economia como um todo. No bojo da crise de 1999, gestamos e depois parimos o Bolsa Escola federal; em meio as agruras da crise de 2003, nasceu o Bolsa Família. Na atual crise desaprendemos lições básicas.

Evolução da Miséria

Apresentamos no gráfico a trajetória dos indicadores de pobreza nos últimos 25 anos. Essas informações foram divulgadas, em primeira mão, através do FGV Social em diferentes momentos e meios de comunicação. Para saber o que aconteceu em cada ano, basta clicar no ponto específico da série.



<https://cps.fgv.br/revelando-em-1a-mao-inflexoes-da-pobreza>

6 - Conclusões

O FGV Social lançou no dia 15 de agosto a pesquisa **A Escalada da Desigualdade** a partir dos microdados da PNAD Contínua (disponibilizados três horas antes). Como a série histórica anterior de microdados foi ajustada pelo IBGE, o estudo investigou mudanças para frente e para trás. A pesquisa mostrou que a desigualdade de renda domiciliar per capita do trabalho está aumentando há 17 trimestres consecutivos quando comparado ao mesmo mês do ano anterior. Esse é o maior período de concentração da série histórica brasileira. Nem mesmo em 1989, o nosso pico histórico de desigualdade de renda brasileira, foi precedido por movimento de concentração por tantos períodos consecutivos.

Desde o final de 2014 até o 2º trimestre de 2019, a renda dos 50% mais pobres da população caiu 17%, a dos 10% mais ricos 3% e a dos 1% mais ricos cresceu 10%. Se estamos falando de uma grande recessão na média e ganho no topo, isto significa que a base da distribuição teve quedas muito mais acentuadas que as da média.

Até 2014, o bem-estar social crescia a 6,5% ao ano (porque a renda crescia e a desigualdade caía). Contudo, em apenas 2 anos, passou a cair quase os mesmos 6,5%. Mais do que uma longa recessão seguida de lenta retomada, passamos do crescimento inclusivo à recessão excludente. A desigualdade alavanca a dramaticidade e a duração do quadro.

O maior perdedor da crise foi o jovem, aquele entre 20 e 24 anos que teve uma queda de renda do trabalho de 17% (a queda média para toda a população foi de 3%). Outros grupos sociais tradicionalmente excluídos também foram bastante afetados pela crise: a população negra teve uma queda de renda de 8%; analfabetos 15%; moradores do norte e nordeste do Brasil, 13% e 7%, respectivamente. Somente as mulheres tiveram um aumento de renda de 2%. Os últimos anos foram de melhora para quem estudou mais, e como as mulheres são mais escolarizadas, elas conseguiram ganhos.

No período crítico 6 milhões de brasileiros passaram a morar em domicílios com renda nula⁹. O efeito-desemprego foi um grande propulsor da queda de renda e do aumento da desigualdade, entretanto o impacto do valor da educação foi ainda maior e a jornada de trabalho foi o terceiro fator de impacto. Obviamente o desaquecimento geral da economia e em especial nos segmentos da base da distribuição gera efeitos em todas estas dimensões. A participação no mercado de trabalho atuou no sentido de expandir a renda mas mais no crescimento da renda média do que na desigualdade. O grande fator de crescimento inclusivo é a expansão da

⁹ Foram 6,2 milhões de novos pobres. Este nível similar sugere que não houve redes de proteção social para este segmento. A extrema pobreza aumentou 40% entre 2015 e 2017.

educação que segue expandindo mais na base, cuidados devem ser tomados para potencializar este impacto dada sua natureza estrutural.

O último período da série traz alguma perspectiva de melhora: temos o menor aumento de desigualdade do período de escalada, sinal que podemos estar atingindo o topo. Já há troca vantajosa de mais ocupação por menores rendimentos dos ocupados, a renda média geral está crescendo a 1,75% ao ano, taxa superior às projeções do PIB per capita que será divulgado em breve.

Visite o site da pesquisa em

<https://cps.fgv.br/Desigualdade>



A Escalada da Desigualdade - Qual foi o Impacto da Crise sobre Distribuição de Renda e Pobreza ?

Agosto/2019

Sobre a pesquisa:

Este trabalho avalia as mudanças na desigualdade nos últimos sete anos, suas relações com o crescimento, alguns de seus determinantes próximos e consequências conjuntas sobre bem-estar social e pobreza.

| A ESCALADA DA DESIGUALDADE - Qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a Pobreza?

II TEXTO
[Sumário Executivo](#)
[Texto completo](#)

II SLIDES
[Slide "A escalada da desigualdade"](#)

II MÍDIA
[A crise pune os mais pobres \(Ancelmo Gois/O Globo\)](#)

II PESQUISAS
- Veja outras pesquisas do FGV Social sobre a crise e as percepções dos brasileiros [clikando aqui](#)



Como vai a vida? - <https://cps.fgv.br/felicidade>

Percepções da Crise - <https://cps.fgv.br/percepcoes>

FGV SOCIAL
CENTRO DE
POLÍTICAS SOCIAIS

Praia de Botafogo, 190, Sala 1501 - CEP: 22.250-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 21.3799-2320 / E-mail: fgvsocial@fgv.br

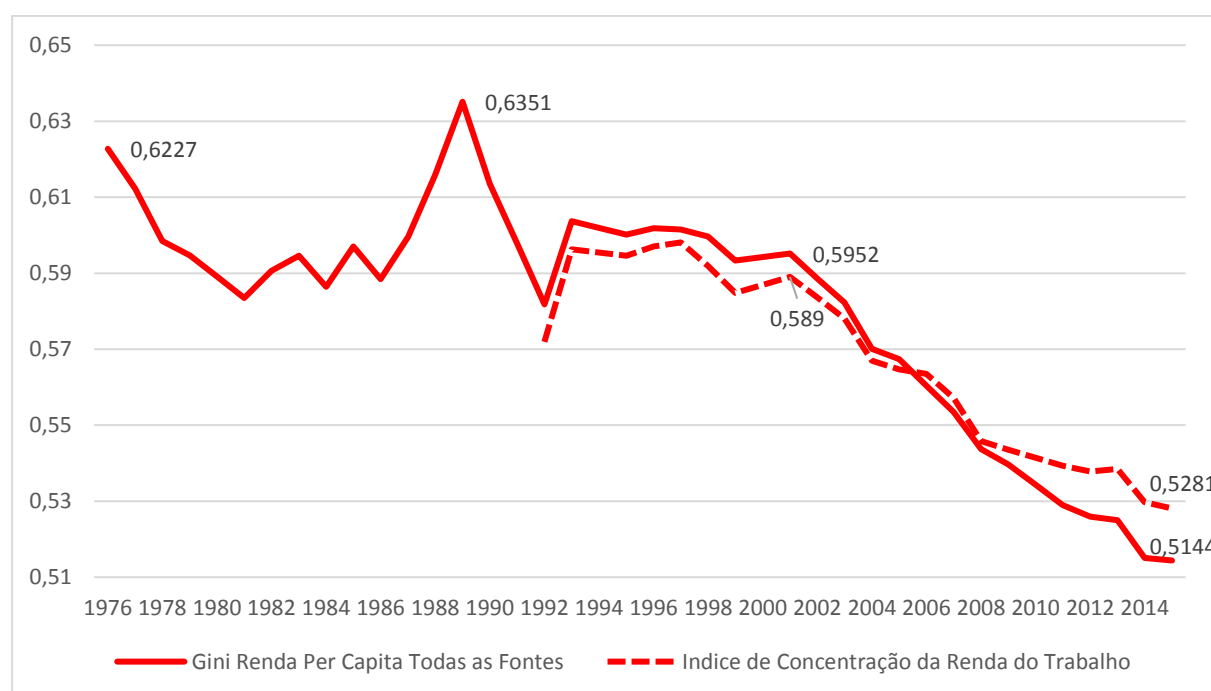
www.fgv.br/fgvsocial

Apêndice: Monitorando a Distribuição de Renda: Elo Perdido e Robustez

O objetivo deste apêndice é testar a robustez de monitoramento de medidas de bem-estar social baseadas em renda domiciliar per capita do trabalho frente a especificações alternativas à luz das bases de dados disponíveis no período do início de 2012 a meados de 2018. Discutimos a conexão de séries históricas e a robustez dos resultados sobre a evolução da distribuição de renda encontrados face as mudanças ocorridas e as opções metodológicas disponíveis.

Desigualdade - A pergunta se refere a como dar sequência às séries de desigualdade ilustradas no gráfico abaixo e aos índices de pobreza tratados na sequência.

Gráfico Índices de Desigualdade



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD/IBGE

O Elo Perdido - O IBGE realizou uma série de mudanças nos seus instrumentos de coleta e nas formas de medição e de difusão de estimativas de distribuição de renda. A comparação da PNAD 2015 com a PNADC anual de 2017 indica um aumento do índice de Gini baseado em renda domiciliar per capita de todas as fontes de cerca de 0,03 pontos o que equivale a cerca de cinco anos de redução de desigualdade ao ritmo médio de queda assumido entre 2001 e 2014. A pergunta-chave endereçada aqui se refere a quanto do aparente aumento de desigualdade de renda é real e quanto deriva das mudanças implementadas em outubro de 2015.

A começar pela substituição do instrumento de coleta passando do binômio PNAD/PME para a PNADC dividida em módulos anual e trimestral. Passamos a ter uma difusão de microdados e estatísticas em escala nacional mais frequente. O conceito de renda do trabalho modificou-se passando de renda habitualmente recebida para o conceito de renda efetivamente recebida. Nossas estimativas, a partir do novo conceito, sugere que houve um aumento de 0,01 na desigualdade resultado apenas da mudança na forma que se coleta a renda. Assim, optamos por usar, em nossa análise, a renda habitualmente recebida pois a mesma conserva uma solução de continuidade em relação as séries tradicionalmente divulgadas. Adicionalmente, este conceito se aproxima mais da real desigualdade de consumo o que, em termos de bem-estar, faz mais sentido, pois as pessoas extraem mais diretamente bem estar das suas despesas de consumo do que do valor de seus respectivos contra-cheques. No caso brasileiro por razões culturais nos referimos a unidade de tempo mensal, e não anual como nos EUA, por exemplo. Além disso, a maior volatilidade da série efetiva acaba enviesando para cima as medidas de desigualdade em relação ao conceito de renda permanente. Finalmente, a série habitual fornece informação um mês à frente do desempenho social comparado a série efetiva, portanto, temos uma série de razões para preferirmos o conceito habitual¹.

Um desafio adicional é que justamente no momento de transição entre os instrumentos de coleta do sistema de medição (outubro/15) foi implementada uma mudança na forma de perguntar o conceito de renda efetiva na PNADC². Uma forma de contornar esse problema seria lançando mão da PME para entender a transição. A PME converge com a PNAD em termos de desigualdade mostrando que ela pouco subiu entre outubro de 2015 e 12 meses antes. Entretanto, há a partir de dezembro de 2015 uma forte inflexão para cima de desigualdade pela PME. Colocando em bases móveis trimestrais, para facilitar a comparação com a PNADC trimestral, o índice de Gini sobre 1%, 1,03% e 1,14% nos trimestres móveis terminados em dezembro de 2015, janeiro de 2016 e fevereiro de 2016, respectivamente. A série da PME é interrompida em fevereiro de 2016. Em suma, há evidencia de estabilidade da desigualdade em outubro de 2015 ou o terceiro trimestre de 2015 o que é consistente com a informação oferecida pela PNAD tradicional e pela PNADC trimestral. A quase-estabilidade da desigualdade é

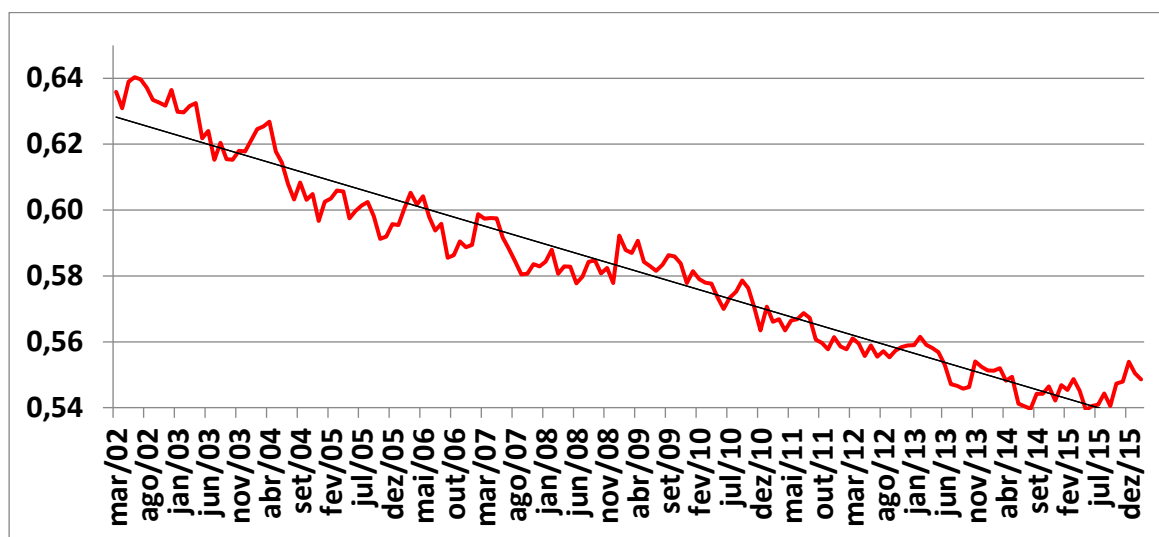
¹ O rendimento efetivo difere do habitual em dois pontos: 1º é a data de referência, o efetivo se refere ao mês anterior e o habitual ao mês atual; 2º no rendimento efetivo são consideradas as parcelas esporádicas que não fazem parte do rendimento normalmente recebido.

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Notas_Tecnicas/Nota_Tecnica_Alteracao_na_forma_de_captacao_do_rendimento_efetivo_de_trabalho_na_PNAD_Continua.pdf

² Houve alterações no rendimento efetivo do trabalho como a introdução de quesitos recordatórios sobre férias, comissões, horas extras, bonificações, participação nos lucros e descontos por atraso ou falta. Estes itens afetam o valor da renda do trabalho efetivamente recebida apenas. Além disso o rendimento habitual é perguntado antes do rendimento efetivo protegendo as respostas de mudanças no quesito posterior.

seguida de marcada inflexão para cima das medidas de desigualdade no último trimestre de 2015, quando se utiliza os dados da PME e os da PNADC em bases trimestrais e anuais.

Evolução Recente da Desigualdade: Índice de Gini



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PME/IBGE²

Análise de Robustez: As Diferenças entre as PNADCs Trimestral e Anual

A renda domiciliar per capita habitual do trabalho, gerada a partir da PNADC trimestral, ocupa papel central aqui. A partir deste conceito calculamos medidas de desigualdade (índice de Gini), de renda média e do nível de bem-estar social associado (resultado do produto da média pelo complemento do índice de Gini). O estudo das causas de discrepâncias do segundo momento da distribuição de renda do trabalho entre as duas PNADCs pode se beneficiar de informações sobre o primeiro momento da mesma distribuição e da síntese promovida pela medida de bem-estar social desses dois momentos.

Primeiramente, fizemos uma análise comparativa do comportamento dos três conceitos ao realizarmos duas variações na base de dados: o universo das pessoas de todas idades, a população de 15 a 60 anos de idade, e, por fim, este último com uma base sem os outliers da respectiva série analisada³. As análises foram feitas em séries de renda do trabalho habitual da PNADC trimestral (em meses e anualizada). Esta análise não revelou grandes diferenças de comportamento entre os três conceitos usados como pode ser visto nos gráficos 7 a 9 e 13 a 15.

Por outro lado, tivemos outras análises que só olharam para o quadro do universo geral que foram feitas utilizando-se de séries de renda do trabalho efetivo na PNADC trimestral (em

³ O outlier se refere a um indivíduo com renda mensal superior a R\$ 1 milhão que saiu da amostra da PNADC trimestral em março de 2018.

meses e anualizada), além de análises da renda do trabalho efetivo e habitual da PNADC anual (em ano e em meses). Portanto, possuímos seis séries de cada um dos três objetos analisados que são representados nos gráficos 10 a 12 e 16 a 18.

Como dito anteriormente, o foco da nossa análise é a renda habitual do trabalho e, portanto, avaliamos como a mudança, entre pesquisas como a da PNADC Trimestral para a da PNADC Anual nas mesmas unidades de tempo e entre conceitos de renda, afeta os resultados. Podemos observar os gráficos abaixo também pela ótica das bases trimestrais (Gráficos 7 a 12 deste apêndice) e pelas bases anuais (Gráficos 13 a 18). Neste caso, vale a pena iniciar não com as medidas em nível, mas pelas suas variações ao longo do tempo conforme a análise realizada ao longo do texto (Gráficos 1 a 6). A vantagem dessa abordagem dinâmica é isolar as mudanças ocorridas em dezembro de 2015 no conceito efetivo de renda do trabalho.

Uma comparação visual das séries de desigualdade e de média de renda aponta diferenças não apenas conceituais, mas de aplicação prática dos instrumentos de coleta: PNAC trimestral e anual. Outra comparação relevante implementada é aquela entre os conceitos de rendas efetivamente e normalmente recebidos. Os resultados se mostraram pouco robustos frente as diversas especificações testadas em particular quando comparamos as séries da PNADC trimestral e as da PNADC anual.

Volatilidade - As séries de desigualdade baseadas na PNADC Anual se apresentaram bem mais voláteis, se olharmos para o coeficiente de variação temporal (calculado usando a razão entre o erro padrão e a média) ao longo do tempo, que a PNADC trimestral. Em particular, essa diferença na volatilidade é maior na parte final da série que se inicia no primeiro trimestre de 2012 e termina no quarto trimestre de 2017: no caso do conceito efetivo, esta diferença atinge 34,9% e no conceito habitual 54,3%. Conforme esperado, a desigualdade segundo o conceito de renda efetivo se revelou mais volátil que o habitual nas duas bases de dados. Esta diferença é de 25,4% na PNADC Trimestral e 9,7% na PNADC Anual. Como resultado destes dois impulsionadores de volatilidade das séries de desigualdade sabemos que não importa o conceito de renda e o tipo de pesquisa realizada, a volatilidade do conceito que se aproxima mais do novo, oficial, de renda efetiva na PNADC anual é 69,2% maior do que o do conceito habitual na PNADC trimestral.

No que tange as séries de renda média observamos um padrão análogo as séries de desigualdade analisadas acima. Na PNADC anual é maior que a da PNADC trimestral: 16,2% no conceito habitual e 20,5% no conceito efetivo. No conceito efetivo maior que o habitual: 0,6% na PNADC anual e 12% na PNADC Trimestral. Mais uma vez quando arrolamos as duas causas de

volatilidade o conceito efetivo na PNAD anual é 69% mais volátil que o conceito habitual na PNAD trimestral.

Conceitos semelhantes em pesquisas diferentes apresentam não só volatilidade diferentes como o padrão temporal das mudanças é bem distinto. Esta discrepância se amplia nos anos finais das séries. Em 2017 a desigualdade apresenta incremento na PNAD trimestral e ligeira queda ou estabilidade na PNAD anual. Em compensação a renda média apresenta em 2017 alguma recuperação na PNAD trimestral e continuidade de queda na PNAD anual. De forma que o resultado em termos de bem-estar social apresenta uma tendência semelhante ao longo do tempo. Uma curva em forma de sino iniciada em 2012 o ápice se dá em 2014 e volta a regredir até o final das séries⁴.

⁴ A PNAD trimestral ainda mostra a continuidade deste aumento de desigualdade e de aumento de renda em 2018, período ainda não disponibilizado pela PNAD anual.

Crescimento, Equidade e Bem-Estar Social

Gráfico 1: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Habitual -

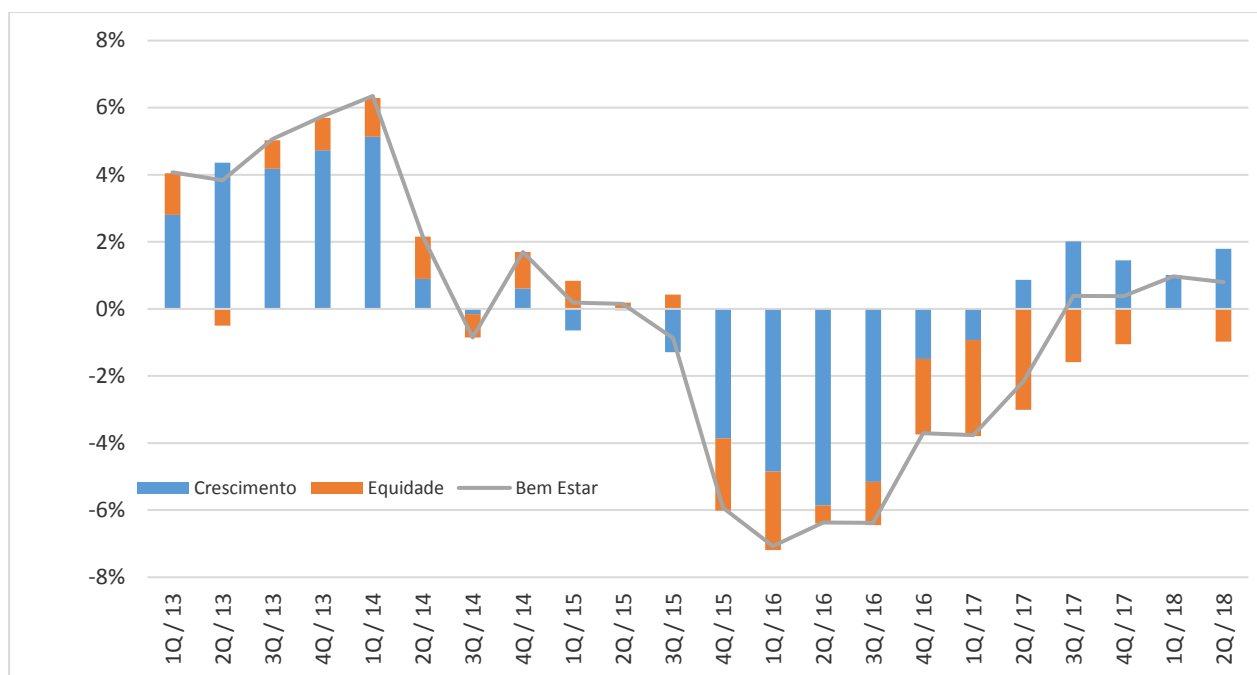
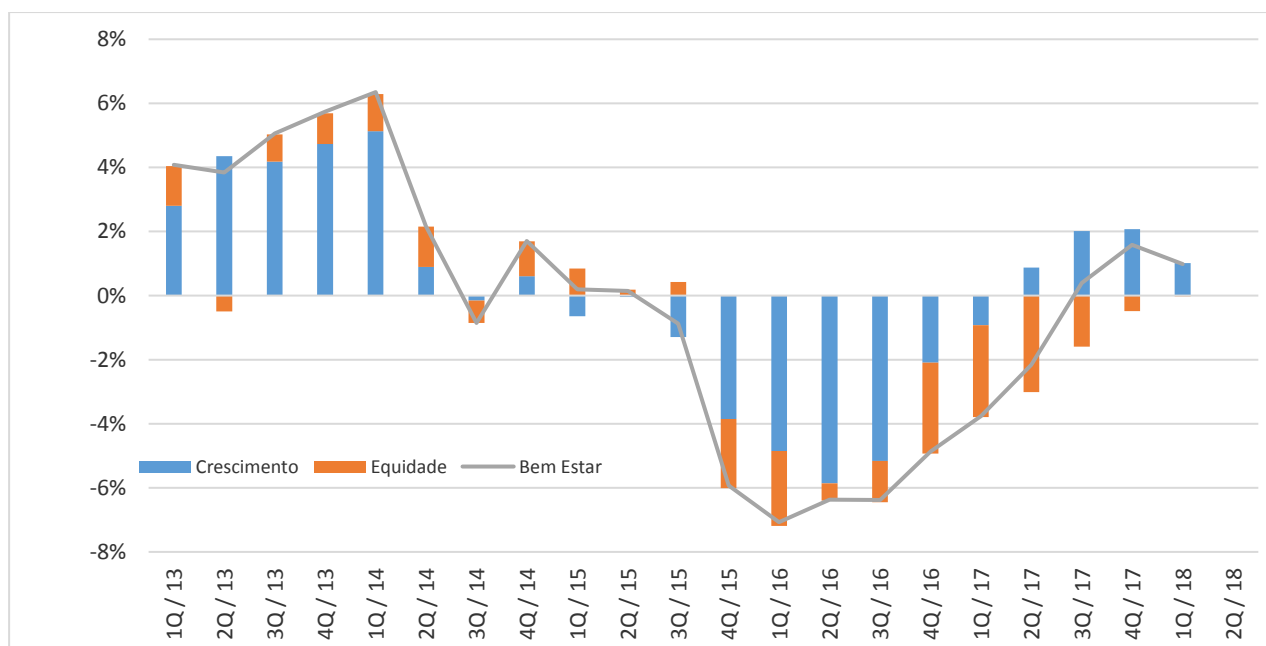


Gráfico 2: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Habitual (sem outliers)



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE - 15 a 59 anos

Crescimento, Equidade e Bem-Estar Social

Gráfico 3: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Habitual – Todas as Idades

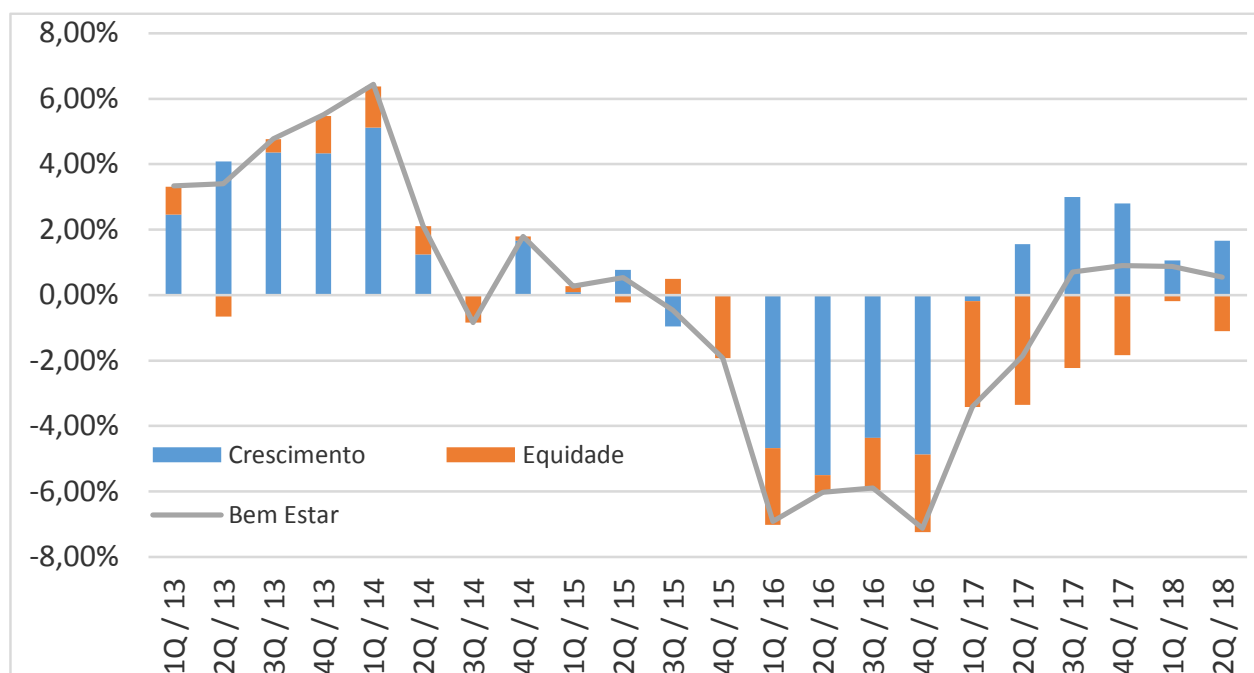
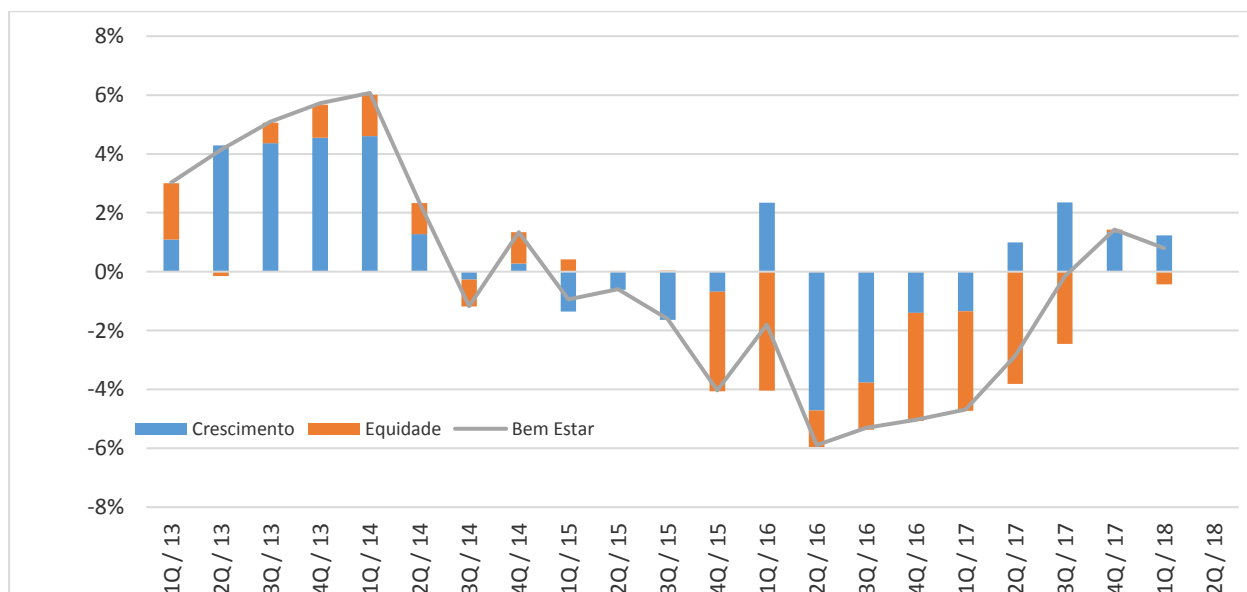


Gráfico 4: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Efetiva



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE - 15 a 59 anos menos * todas as idades

Crescimento, Equidade e Bem-Estar Social

Gráfico 5: PNADC Anual: Renda per Capita do Trabalho Habitual -

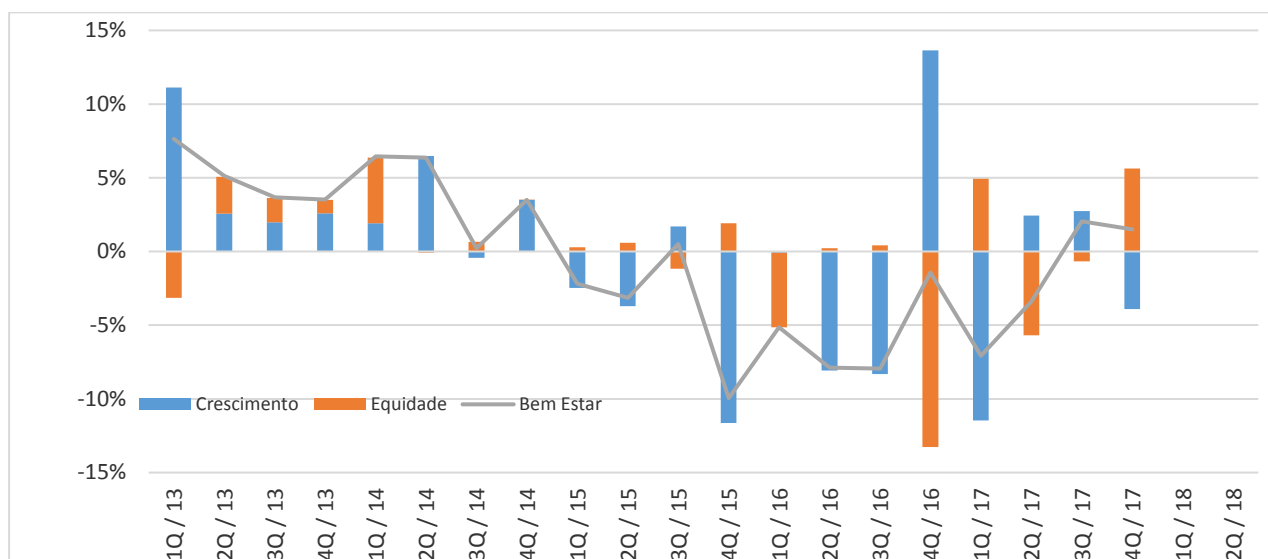
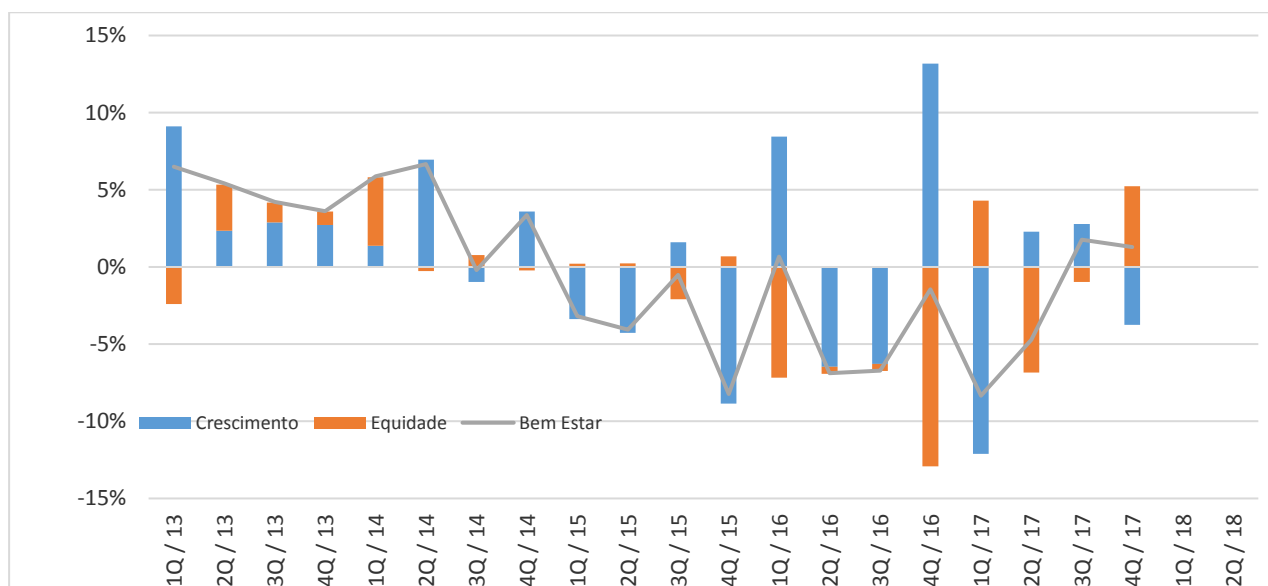


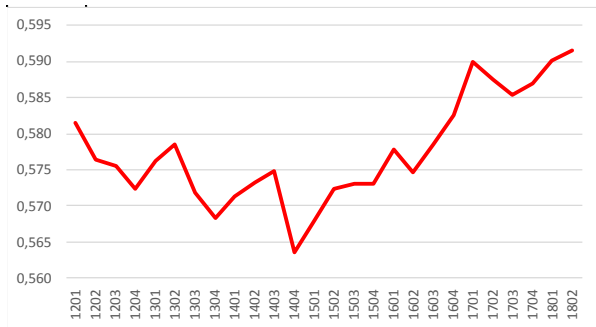
Gráfico 6: PNADC Anual: Renda per Capita do Trabalho Efetiva -



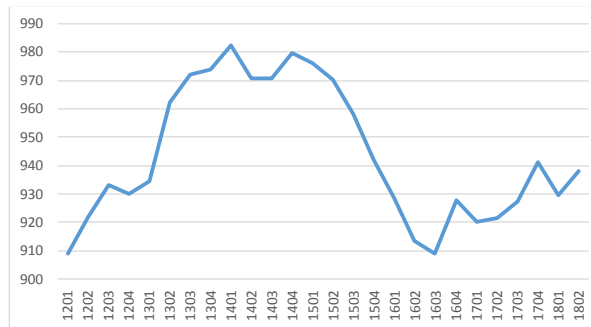
Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNAD Contínua Anual/IBGE - 15 a 59 anos

Índice de Gini

Gráfico 7: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Habitual -



Renda Média



Bem-Estar Social

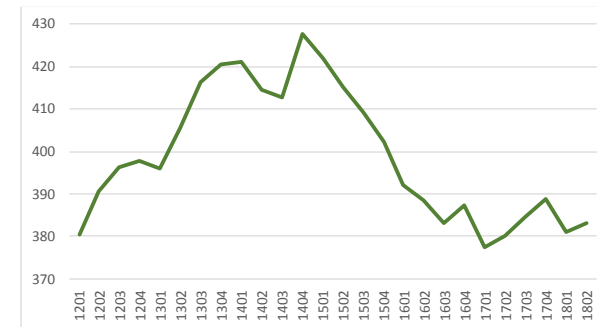


Gráfico 8: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Habitual (sem outliers)

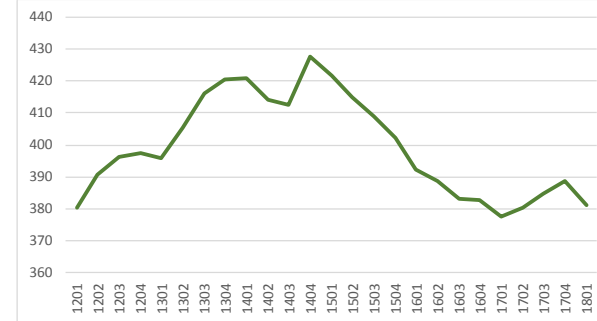
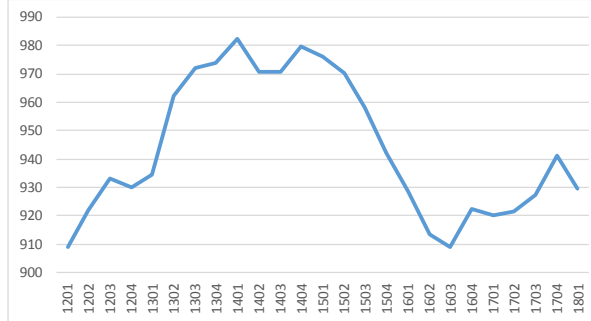
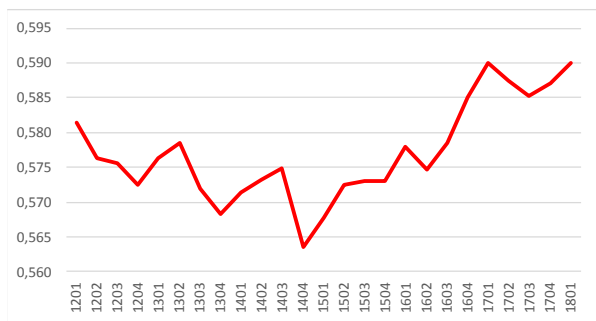
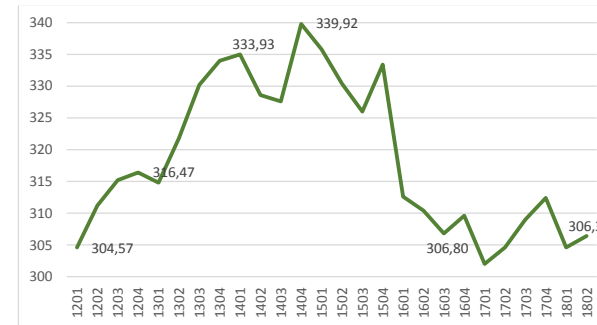
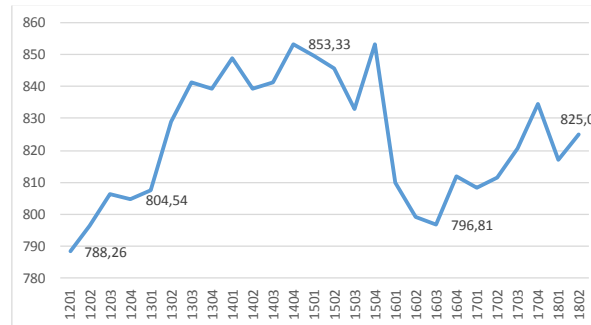
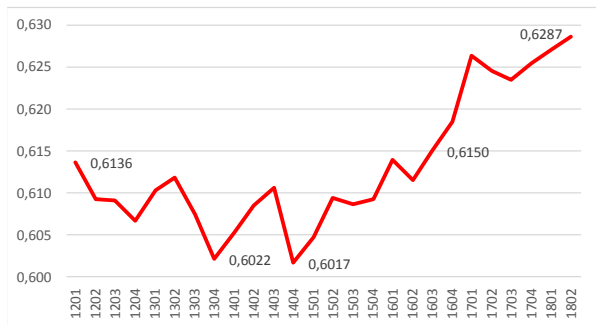


Gráfico 9: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Habitual – * Todas as Idades



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE - 15 a 59 anos menos *

Índice de Gini

Renda Média

Bem-Estar Social

Gráfico 10: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Efetiva

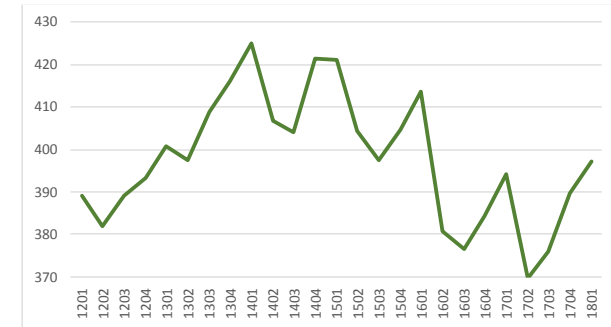
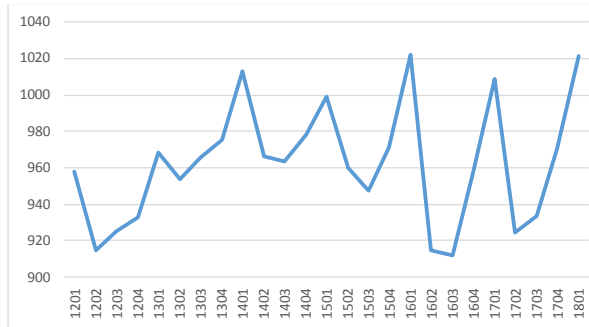
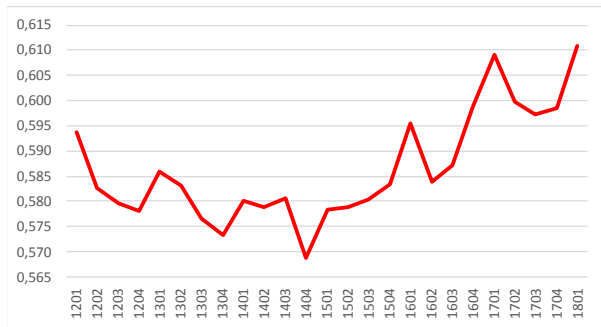


Gráfico 11: PNADC Anual: Renda per Capita do Trabalho Habitual

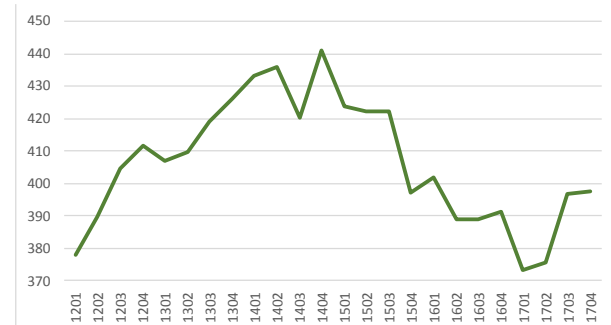
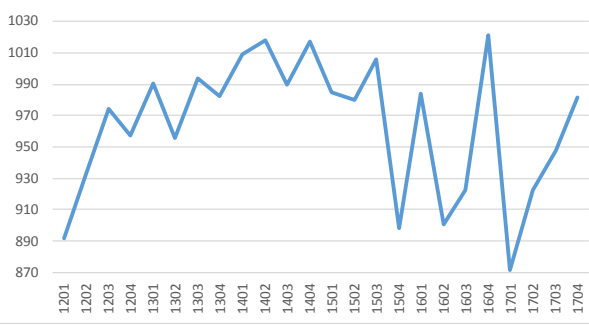
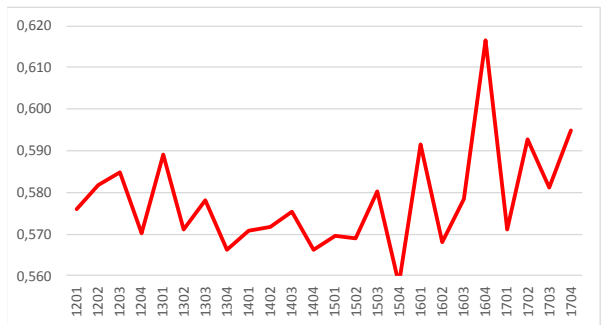
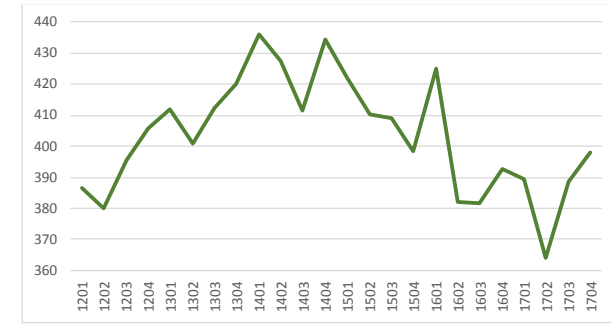
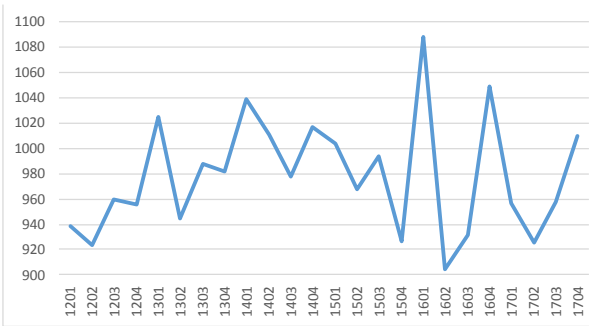
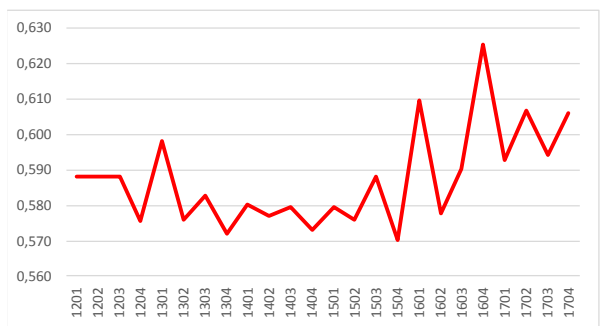


Gráfico 12: PNADC Anual: Renda per Capita do Trabalho Efetiva

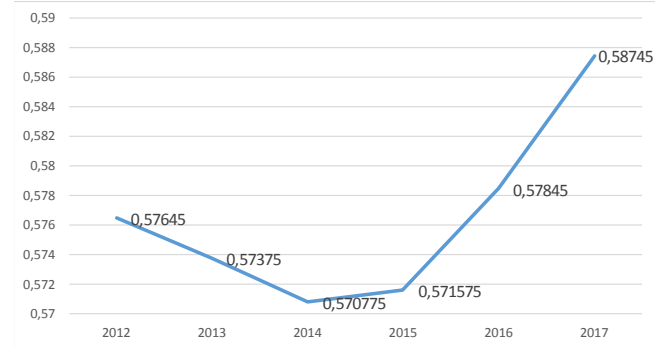


Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE

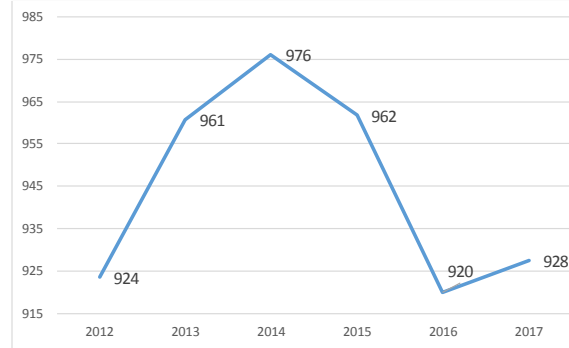
- 15 a 59 anos

Índice de Gini

Gráfico 13: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Habitual -



Renda Média



Bem-Estar Social

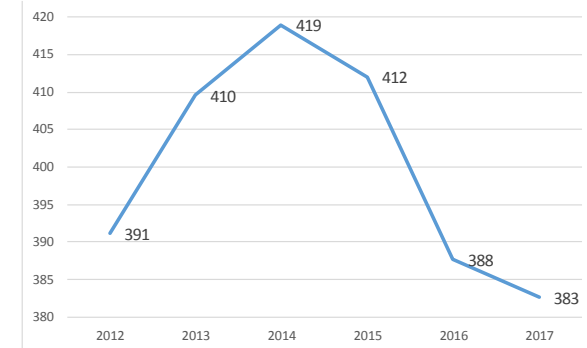


Gráfico 14: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Habitual (sem outliers)

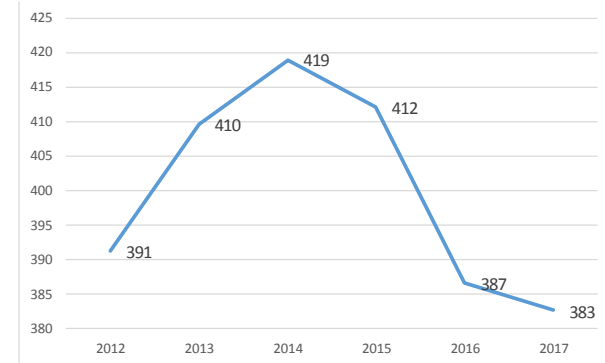
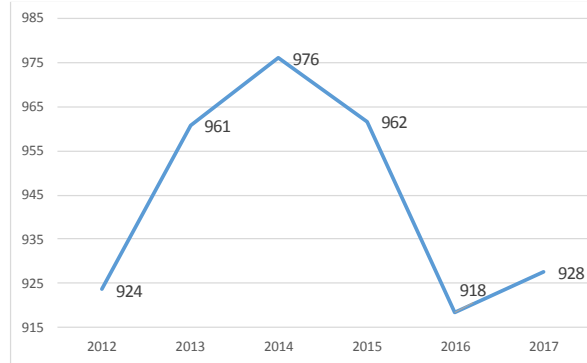
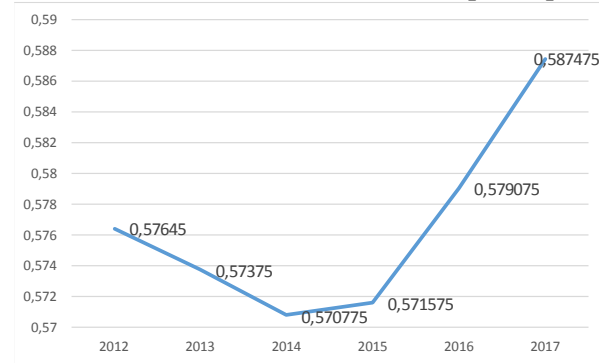
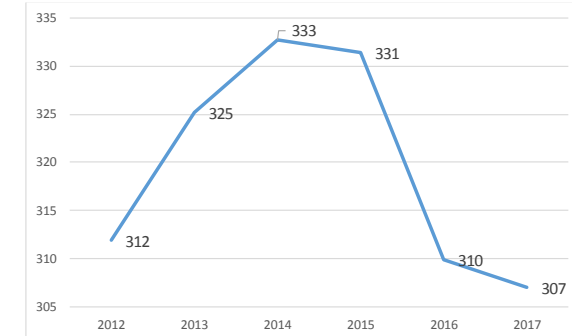
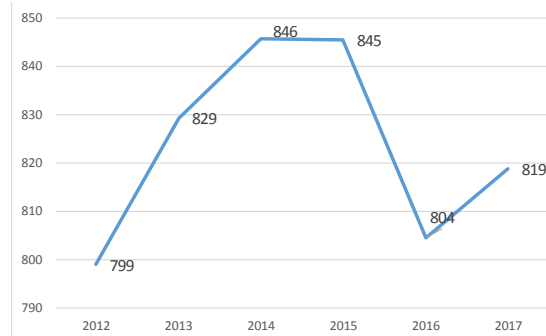
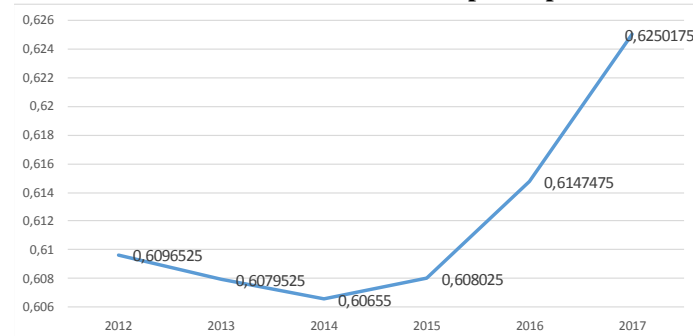


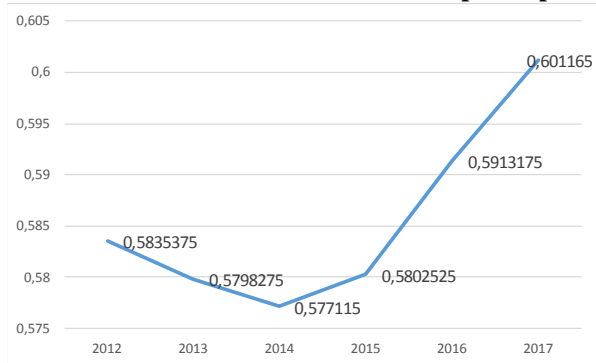
Gráfico 15: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Habitual – * Todas as Idades



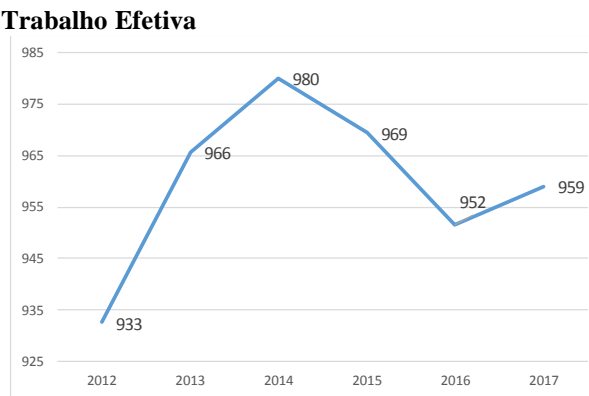
Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE - 15 a 59 anos menos *

Índice de Gini

Gráfico 16: PNADC Trimestral: Renda per Capita do Trabalho Efetiva



Renda Média



Bem-Estar Social

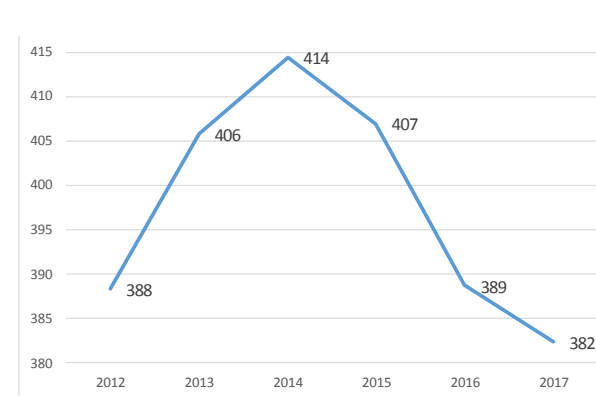


Gráfico 17: PNADC Anual: Renda per Capita do Trabalho Habitual

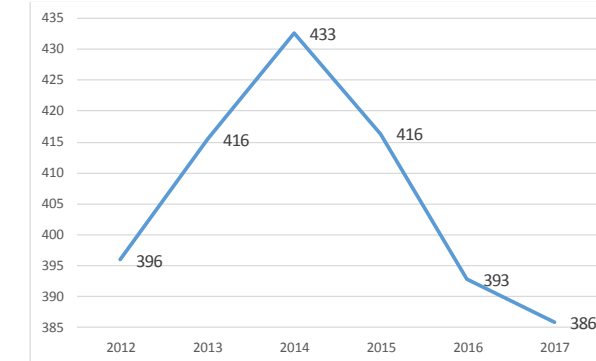
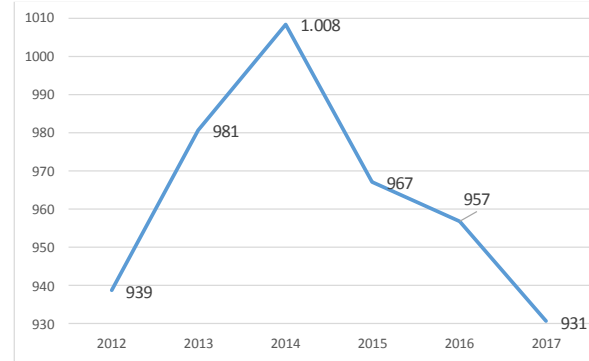
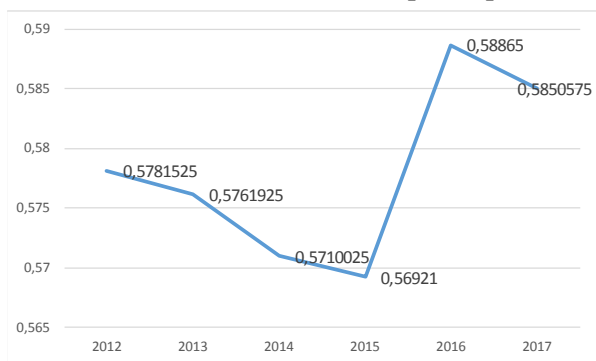
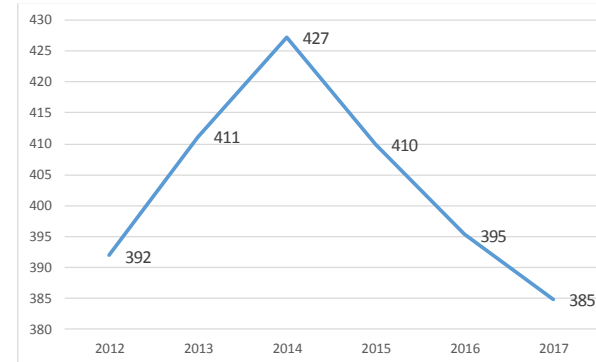
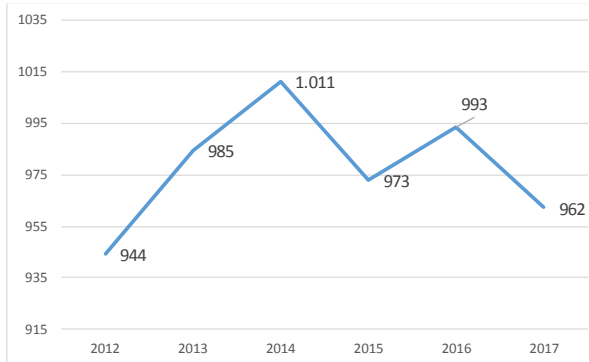
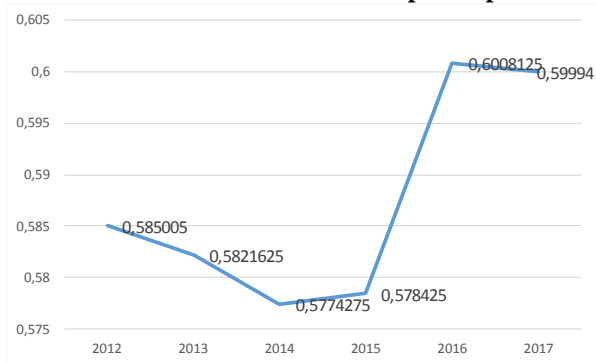


Gráfico 18: PNADC Anual: Renda per Capita do Trabalho Efetiva



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE - 15 a 59 anos